

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E SETE:** =====

===== *Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e sete, pelas dezassete horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Secretariado pelos Senhores: **Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena** – Primeira Secretária e **José Alves da Silva** – Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto dois:** *Constituição e Funcionamento de Equipa de Sapadores Florestais – Protocolo de colaboração - Autorização;* =====

===== **Ponto três:** *Instituto Geográfico Português – Protocolo de cooperação – Autorização;* =====

===== **Ponto quatro:** *Região Metropolitana da Baixada Santista e Associação de Municípios das Terras de Santa Maria – Protocolo de cooperação – Autorização/ Ratificação;*

===== **Ponto cinco:** *Universidade Júnior de Verão – Protocolo de colaboração – Autorização;* =====

===== **Ponto seis:** *GS Fitness– Ginásio, Lda. e Escola de Dança Ana Luísa Mendonça – Protocolos de colaboração – Autorização;* =====

===== **Ponto sete:** *Reordenamento dos lugares de estacionamento – Entrada/ Saída de Utentes do Hotel Dighton – Aprovação;* =====

===== **Ponto oito:** *Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra – Pedido de dois lugares de estacionamento e isenção de pagamento de taxa – Aprovação;* =====

===== **Ponto nove:** *Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – Pedido de lugar de estacionamento – Aprovação;* =====

===== **Ponto dez:** *Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA) – Atribuição de lugar de estacionamento privativo – Aprovação;* =====

===== **Ponto onze:** *Criação de dois lugares de estacionamento para a Freguesia de Cucujães - Caixa Geral de Depósitos e Farmácia Bessa – Aprovação;* =====

===== **Ponto doze:** *Criação de estacionamento privativo destinado a deficiente dentro da ZEDLUO – Aprovação;* =====

===== **Ponto treze:** Sinalização vertical junto ao Largo da República – Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== **Ponto catorze:** Criação de estacionamento privativo para a Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== **Ponto quinze:** Criação de lugares de estacionamento junto ao Gabinete de Radiologia de Azeméis – Aprovação; =====

===== **Ponto dezasseis:** Limitação de tráfego pesado no centro da cidade de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== **Ponto dezassete:** Feira de S. Miguel – Eficácia retroactiva das taxas de ocupação ocasional – Aprovação/ Ratificação; =====

===== **Ponto dezoito:** Contrato de fornecimento de água - Isenção de Taxa na requisição de planta topográfica – Aprovação/ Ratificação; =====

===== **Ponto dezanove:** Suspensão da eficácia dos art.ºs 9.º, 11.º e 50.º, n.º 2 do Regulamento da Publicidade do Município – Aprovação/ Ratificação; =====

===== **Ponto vinte:** Associação de Promoção de Oliveira de Azeméis – Autorização da adesão do Município e aprovação dos estatutos; =====

===== **Ponto vinte e um:** Simoldes Aços, Lda. - Suspensão parcial do PDM e estabelecimento de Medidas Preventivas – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e dois:** COLMOL – Colchões, S.A. – Pedido de margem de acerto; ==

===== **Ponto vinte e três:** Paulo Jorge Santos Silva e Castro – Pedido de margem de acerto e rectificação; =====

===== **Ponto vinte e quatro:** Associação Dianova Portugal – Reconhecimento de interesse municipal do Centro de Alojamento Temporário “Casa Azul”; =====

===== **Ponto vinte e cinco:** FLAMA – Fábrica de Louças e Electrodomésticos, S.A. – Pedido de margem de acerto; =====

===== **Ponto vinte e seis:** Proposta para financiamento no âmbito da linha de crédito bonificado para projectos aprovados no III Quadro Comunitário de Apoio ou para Programas de Iniciativa Comunitária homologados em 2006 (Decreto-Lei n.º 144/2000) – 8.ª Tranche – Autorização; =====

===== **Ponto vinte e sete:** Processo de Delimitação Administrativa do Município de Oliveira de Azeméis – Comunicação de resultados da Comissão nomeada na última Sessão da Assembleia Municipal e aprovação das delimitações do concelho; =====

===== **Ponto vinte e oito:** *Abertura de procedimento administrativo com vista à classificação e inventariação como bens de interesse municipal e de interesse público das peças de vidro que integravam o designado “Museu do Centro Vidreiro” e tomada de medidas provisórias e/ ou técnicas e outras com vista a evitar a destruição, perda e/ ou deterioração dos referidos bens – Conhecimento.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Isidro Marques Figueiredo, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Francisco Brandão de Oliveira, Jorge Leonel Figueiredo de Almeida, Paulo Manuel Matos Ferreira, Jorge Manuel da Costa Alves Rosa, José Filipe da Silva Carvalho, Nuno Ricardo Fernandes Pires, José Maria de Pinho Silva, Marcial Abel de Ascensão Vaz Santiago, António Alberto Bastos, Diamantino Melo de Almeida, António Rodrigues dos Reis, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, António Nobre Azevedo, Ilídio Barbosa Lopes e Manuel Figueiredo Pereira.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Maria Helena Terra de Oliveira, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Ana Maria Jesus da Silva, Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Paulo do Amaral Alegria, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Armindo Fernando Martins Nunes, Lino Manuel da Costa Ferreira, José Ramos da Silva, Bruno Armando Aragão Henriques, Narciso da Silva Pinho, Agostinho Carmo Tavares, António Costa Godinho Oliveira, Nuno Miguel Soares de Jesus e Maria Isabel Correia da Costa.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Alberto Vieira Dias.* =====

===== **Independentes:** *Rodrigo Moreira da Silva e Luís Filipe Moreira Silva Bastos Oliveira.* =====

===== **E a ausência dos seguintes Membros:** *António da Silva Xará, António de Jesus Silva e Óscar Fernando Soares de Oliveira.* =====

===== **O Senhor Presidente da Mesa declarou:** =====

===== *Estamos em condições de dar início à nossa Sessão da Assembleia Municipal. Chegou à Mesa, subscrita pelas várias bancadas, uma proposta de vários votos de pesar que eu iria submeter à Assembleia Municipal de uma forma conjunta. Na ausência do nosso Colega António Luís da Fonseca e Grifo por motivos de saúde, e também aproveito para dizer que está a restabelecer-se dentro daquilo que é previsível e dentro daquilo que também são as dificuldades inerentes a uma intervenção cirúrgica como ele foi sujeito, solicitava ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, ao Senhor José Alves da Silva, para o substituir aqui na Mesa e para largar o aconchego da sua cadeira para se juntar aqui a nós na Mesa. Se estivessem de acordo, fazíamos um minuto de silêncio pelo falecimento de familiares da Vereadora Dra. Gracinda Leal, do Vereador Dr. António Rosa, Arqt.º Jorge Rosa e do Senhor Ramiro Rosa, e também do Senhor Manuel Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Ul. Se estivessem de acordo procedíamos então de imediato a um minuto de silêncio.* =====

===== Fez-se um minuto de silêncio. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Eu vou dar a palavra ao Senhor Vereador Albino Martins, Senhor Vice-presidente, para dar conhecimento à Assembleia Municipal de uma iniciativa, que aliás vem na sequência de compromissos eleitorais, julgo que até um pouco de todas as forças políticas, pelo menos o esforço e o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por todas as forças políticas, no sentido de nós implementarmos um funcionamento semelhante aquilo que é a nossa Assembleia Municipal junto das escolas. A iniciativa vai chamar-se “Políticos de Palmo e Meio”. Vão seguramente depois também ser convidados os Senhores Membros da Assembleia Municipal a puderem participar nestas acções, mas antes de mais eu dava a palavra ao Senhor Vice-presidente Prof. Albino Martins, que tem também a responsabilidade do Pelouro da Educação, para nos fazer uma breve apresentação neste “Período de Antes da Ordem do Dia”. =====

===== No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, que fez a seguinte intervenção: =====

===== Permitam-me apenas uma explicação rápida do que é o projecto “Políticos de Palmo e Meio”. Como se recordam, e penso que como disse o Senhor Presidente e bem, foi até um compromisso eleitoral do mandato anterior. À semelhança daquilo que é feito pela Assembleia da República, que uma vez no ano convida os jovens das escolas secundárias para participarem e conhecerem o funcionamento do Parlamento, e serem eles os próprios Deputados, também aqui penso que a experiência pode ser muito interessante. E pode ser muito interessante, porque sendo nós um Município educador, querendo trabalhar para isso, todos os dias constatamos necessidades que é preciso ultrapassar. E entendemos que uma das necessidades educativas dos nossos jovens, das nossas crianças, é a formação cívica e a formação para a intervenção cívica ao nível dos direitos de cada um, dos direitos cívicos da participação política, da participação num estado democrático como é o nosso. E nós sabemos o défice que existe hoje em dia entre a juventude em relação aos problemas políticos, hoje os jovens encaram a política um pouco olhando de cima e dizendo que “isto não é para nós”. Eu penso que compete a todos nós desmontar esta questão, desmistificar esta questão, e fazer com que todos participemos e comecemos mais cedo essa participação. O que se pretende com o projecto “Políticos de Palmo e Meio” é começar logo nos meninos do 1.º ciclo, concretamente os mais espevitadinhos, os mais velhos da 4.ª classe, 4.º ano de escolaridade, e promover uma acção aqui, em que eles sejam os Deputados, em que eles sejam os Membros da Assembleia e que se confrontem aqui, havendo uma mesa formada por eles mesmos, e havendo aqui os Políticos, o Presidente e a Vereação, para responder às perguntas que eles vão colocar sobre o tema “Eu, a minha Escola, a minha Freguesia”. Além do mais, e além do que de formativo há nesta acção, poderá ser um momento muito interessante para todos eles e até para nós. Portanto, eu deixo já no ar o esquema, isto é uma apresentação, a divulgação começa hoje, vai ser começada a partir de agora, a partir desta Assembleia Municipal. Na próxima segunda-

*feira, via internet, os meninos nas escolas do 1.º ciclo já vão ter acesso a uma divulgação deste programa, para que depois haja a selecção dos Eleitos, depois façam nos Agrupamentos a eleição da Mesa, e então em Maio, em data que depois combinaremos, faremos aqui a sessão aberta, participada directamente por eles, mas aberta a todos nós e a toda a população em geral. Penso que será um momento alto de promoção da cidadania, logo a começar pelos mais novos, com certeza que eles estarão muito mais receptivos, perceberão isto mais cedo, e um dia estarão muito mais receptivos a participarem de uma outra forma, que muitas vezes não acontece. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Ana Neves, do PSD. =====*

*===== Recentemente foi publicado um artigo, o qual referia que a “Praça da Cidade” está a custar quase 25% a mais do que o inicialmente previsto. Os trabalhos a mais ultrapassaram os 25% do valor total da obra e para que a derrapagem não fosse superior à referida percentagem, o Executivo foi forçado a pedir uma renegociação de preços à empresa “Soares da Costa”, para além de ter retirado trabalhos ao conjunto da obra. Senhor Presidente, pretendia que esclarecesse a esta Assembleia se o teor de tal artigo corresponde à verdade, ou se o mesmo resulta de ignorância ou má-fé, ou mesmo falta de informação. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Eng.º Paulo Alegria, do PS. =====*

*===== Senhor Presidente, vinha aqui fazer apenas uma pergunta e uma sugestão. Já em tempos idos, quase após o falecimento do meu Pai, numa intervenção ainda na altura como Público, falei no estado caótico, chamemos-lhe assim, que estava a zona de Santo António. Acompanhando infelizmente o meu Pai e algumas vezes a minha mulher ao Hospital de Oliveira de Azeméis na ambulância dos Bombeiros, na realidade é catastrófico ir dentro de uma ambulância naquela zona, porque são tantos os solavancos, tantos os saltos, que aquilo está numa situação deveras má. Juntamente com isso há aquela ligação da Rua 25 de Abril, que vai até ao Lar do Patronato, que neste momento está, como o trânsito se desloca todo para aquela zona, deveras má para os automobilistas. Há alguma previsão do arranjo daquela zona, tanto de Santo António como da Rua 25 de Abril? A sugestão, é uma pequena sugestão, que tenho verificado quando me desloco ao cemitério de Oliveira de Azeméis. Como o parque de estacionamento do cemitério de Oliveira de Azeméis é um parque não pago, o que é que acontece? Normalmente está super lotado por pessoas que nem sequer vão ao cemitério e que ocupam aqueles lugares e vão para os seus trabalhos no centro da cidade. As pessoas que se deslocam de fora da cidade, que vêm das freguesias ou que tenham ali familiares, que vão arranjar o cemitério ou em dias de funerais, têm uma dificuldade terrível de estacionar e ir acolá. O pagamento do estacionamento acho que veio dar muitos espaços vagos na cidade, e se não seria de ter uma atenção aquele lugar nesse aspecto. Era só. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====*

*===== Mais uma Primavera se aproxima e com ela o já conhecido “Ciclo da Primavera”. Este evento, cada vez mais, é uma mostra muito forte da actividade cultural do nosso concelho. Como é visível pelo programa, este abrange várias áreas, tais como a música,*

teatro, dança, bem como a recreação do antigamente. Com a diversidade do cartaz, temos uma abrangência muito maior em termos de público. Foi com particular satisfação que verifiquei um maior envolvimento de várias associações no calendário cultural, pois assim podemos ver e apreciar melhor os seus trabalhos. Mas não é só isto que me deixa satisfeito, pois já é do conhecimento público que o “Ciclo da Primavera” se inicia no próximo dia 03 de Março com um concerto do famoso cantor André Sardet, cujo espectáculo já está repleto, ou seja, já não há bilhetes acerca de uma semana. Esta é a prova da qualidade do programa, e por outro lado, a forte promoção em torno do evento. O sucesso deste “Ciclo da Primavera” não se fica só pelo nosso concelho, pois tem recebido muitos elogios públicos de concelhos vizinhos. Outro aspecto curioso, é o facto de existirem várias parcerias, o que permite elevar a qualidade do programa, mas também reduzir os custos para a Câmara Municipal. Continuando na onda da positividade, e ao contrário do que se escreve na comunicação social regional, importa sempre relembrar e demonstrar o nosso apreço pela política agora seguida pelo Executivo Municipal, e que tem tornado o nosso Município bastante atractivo ao investimento comercial e industrial. Nunca é demais registar, e que é público, os investimentos na criação e ampliação de grandes unidades industriais de projecção nacional e internacional, tais como Ferpinta, Lactogal, Gestamp, Fabrilcar, entre outras que sabemos do seu interesse em se instalar no nosso concelho, mesmo ainda não estarem implementadas as zonas industriais já definidas, que esperamos ver algumas concluídas no decurso de 2007. A isto acresce o investimento que se tem visto na implantação de áreas comerciais, tais como o já inaugurado Inter/ Brico e Station Marché, bem como os já anunciados Feiranova, E´leclerc e Staples Office Centre. Não nos podemos esquecer que todos estes investimentos têm ocorrido porque hoje Oliveira de Azeméis é um Município atractivo, o que vai levar o nosso concelho a ter a projecção que merece ter. Oliveira de Azeméis que quer ser uma cidade universitária, tem de criar locais comerciais que permitam atrair e fixar a população, principalmente a população mais jovem. A continuação do investimento industrial irá proporcionar a criação de mais postos de trabalho e por consequência a fixação de mão-de-obra especializada. É este o futuro que os nossos jovens querem, e vão ter, para Oliveira de Azeméis. A onda da positividade não fica por aqui, pois já há sinais ao fim de um ano de mandato: Oliveira de Azeméis foi o concelho do Entre Douro e Vouga que mais emprego criou durante o ano 2006, como aliás foi notícia na imprensa. Este é o caminho certo. Contudo, também não nos podemos esquecer do comércio tradicional, e prova disso é a candidatura da Câmara Municipal ao projecto de Promoção e Desenvolvimento do Comércio Tradicional nas zonas abrangidas pela URBCOM, cujos estatutos serão hoje aqui aprovados. Para finalizar, deixo algumas questões à Câmara Municipal: existem outras medidas? Outros projectos? Para o comércio tradicional? Para o comércio em geral? E para a indústria? =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedida a palavra ao Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====

===== Senhor Presidente, a zona de estacionamento tem que ser revista, porque em certas zonas colide-se o excesso de tolerância, enquanto ao lado alguns bem cumpridores se sujeitam a pagar. Falo por exemplo na Rua do Cruzeiro. De um lado, numa bacia ou baía de estacionamento, uns pagam; daí até ao Cruzeiro propriamente dito, quer de um lado, quer de outro, estaciona-se no passeio e está-se a tolerar que alguém não pague, junto a muitos que não só não pagam como ainda agridem o local de passagem dos peões. Mas não ficamos por aqui. Na Rua Dr. Miguel Castro, quem estaciona e paga vê-se por muitas vezes impedido de sair do seu local de estacionamento, porque do lado oposto também se estaciona no passeio e não se paga. Creio que tem de haver para o mesmo sítio, para os mesmos locais, o mesmo peso e a

mesma medida. Por outro lado, aquilo que o meu Amigo Paulo Alegria falou em relação ao cemitério, é verdade, é um flagrante no dia-a-dia. Mas mais do que isso, é que por vezes não são os ligeiros que lá estão estacionados, mas os pesados. E a cota que pagam os pesados não pode ser a mesma, porque ocupam muito mais, que a cota de um ligeiro. Ainda por falar em estacionamento, desta vez vou falar do estacionamento privado. Foi aberta, e dou graças por isso ter acontecido, uma grande superfície em Oliveira de Azeméis. A verdade é que tem estacionamento subterrâneo. O tempo tem sido pródigo em chuva, em intempéries, mas não foi possibilitada a abertura desse espaço subterrâneo, que seria útil. Se me permitem, agora como sugestão, a superfície Intermarché deve ter dado este terreno à Câmara, mas foi como condição prévia aquando da venda. E era vontade do Senhor Mário Beza que fosse feita esta rua que foi posta à disposição da Câmara Municipal. Era o nome, se me permitem, para ser devidamente honrado. Mas a cena que mais me entristeceu foi o fecho anunciado das Salas de Cinema Gemini. Isto vai ter que impor à Câmara Municipal um esforço suplementar, de maneira que uma terra que foi conhecida durante dezenas de anos, muitos anos, uns oitenta anos talvez, como terra de cinema, continue a demonstrar a sua pujança nesse sentido. É um esforço que eu peço à Câmara Municipal nesse sentido. Por outro lado, ainda bem que há democracia. O Grupo Parlamentar na Assembleia da República do meu Partido, enviou à Câmara Municipal um determinado requerimento, a requerer se o apoio que era necessário dar-se ao ensino básico com ajuda desse Ministério se estava em bom andamento. Fiquei contente por ter verificado que a Câmara Municipal respondeu que o Ministério da Educação tem feito as actividades de avaliação prometidas. E não só, que foi classificado como positivo pela Ex.ma Câmara Municipal, e que têm pago até atempadamente as prestações financeiras da DREN, e até por vezes antes do prazo em que é devido. Senhor Presidente, gostaria de lhe pedir a aceleração em relação à ligação da Zona Industrial à Zona da Abelheira, porque creio que é um passo de gigante para a resolução de problemas do trânsito em Oliveira de Azeméis. Muito obrigado. ==

===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que disse: =====

===== Em primeiro lugar, um cumprimento especial a todos que estão presentes no início desta reunião da Assembleia, e é com certeza com grande prazer que irei responder às questões que foram colocadas. Começaria pela primeira questão que me foi colocada pela Dra. Ana Neves, relativamente à Praça da Cidade e à derrapagem que esta obra teve. Creio que não é por falta de ignorância e falta de informação. Poderá haver efectivamente maior procura de informação e mais esclarecida, porque muitas das vezes os autos que vão às reuniões não traduzem exactamente aquilo que se passa na empreitada. Posso-vos dizer que aprovamos um auto de € 808.000,00 (oitocentos e oito mil euros) de trabalhos a mais, mas temos que depois, durante a empreitada, e na folha da empreitada, também descontar os trabalhos a menos. Neste momento, tenho muito gosto em esclarecer isso e quero que os jornalistas me interpretem muito bem, é que a obra foi adjudicada por € 3.091.915,20 (três milhões noventa e um mil novecentos e quinze euros e vinte cêntimos) e tem um total de trabalhos a mais neste momento, deduzidos os trabalhos a menos, de € 748.026,36 (setecentos e quarenta e oito mil e vinte e seis euros e trinta e seis cêntimos). Portanto, a razão é esta: trabalhos que tiveram que ser aprovados a mais, porque eram de natureza que obrigavam a ser a mais, mas outros trabalhos de outra natureza funcionaram como trabalhos a menos e tinham que ser diminuídos. São trabalhos resultantes de várias situações imprevistas, nomeadamente trabalhos que excederam a quantidade em termos de medição inicialmente prevista, erros e omissões do projecto, e trabalhos resultantes de melhorias justificadas ao longo da execução da obra. Ao Eng.º Paulo Alegria, queria-lhe

*responder que efectivamente é uma das grandes preocupações deste Executivo o problema da Rua 25 de Abril e Santo António. Temos já um estudo de requalificação de parte de Santo António, da parte mais a sul. Estamos a tratar de fazer a requalificação da parte a norte do lado da Salvador Machado, para permitir o escoamento também por lado da Salvador Machado e uma franca entrada na Rua 25 de Abril. Estes projectos são urgentes, têm um fluxo de tráfego enormíssimo e tem-se visto com as intempéries que têm surgido, os problemas graves que temos mesmo para tapar os buracos da via e o dinheiro que se gasta, porque os buracos com as intempéries não duram mais do que dois dias praticamente. Portanto, é uma obra que está a andar, queríamos começar já com a parte sul, porque o projecto está acabado da parte quem vai para S. João da Madeira, onde tem o Santo António, há ali uma rotunda que se vai construir, portanto esse estudo já está feito. É das primeiras coisas a fazer-se na cidade, logo que o tempo permita. Relativamente à intervenção do Senhor Filipe Carvalho, o “Ciclo da Primavera”, é habitual fazer-se com uma certa qualidade. Penso que foram bem escolhidos os artistas que vêm e que tem efectivamente uma boa qualidade. Neste momento, para o próximo espectáculo já não há bilhetes. É um indicador bom. Relativamente às indústrias, nós vemos que efectivamente com o problema que temos, e alguns indicadores que nós temos, neste momento dá-nos quase uma certeza que o desemprego em Oliveira de Azeméis não tem a tendência em aumentar, ao contrário de alguns concelhos aqui vizinhos, como foi o caso de Vale de Cambra, que no ano passado teve um aumento do desemprego, enquanto Oliveira de Azeméis manteve-se praticamente igual aos anos anteriores. Mas nós queremos fazer mais. Nós temos e há um programa que se chama FINICIA, que é um programa do PRIME URBCOM, do PRIME e do IAPMEI, que visa apoiar a criação de pequenas e micro-empresas com um financiamento do IAPMEI e financiamento da Câmara Municipal. Nós estamos a estudar esta possibilidade, e penso que vai ser uma realidade e que vamos assinar um contrato com a entidade IAPMEI e com um banco para pormos em vigor em Oliveira de Azeméis, porque é natural que haja necessidade. Quando começarem a sair os primeiros licenciados da Escola Superior Aveiro Norte, eu penso que se pode ir buscar aí esse capital de saber e transformá-lo também em capital industrial, e motivar as pequenas e as micro empresas a ficarem em Oliveira de Azeméis, nem que se tenha que se arranjar alguns espaços, porque não são precisos espaços muito grandes. Relativamente à intervenção do Senhor Dr., queria-lhe agradecer tudo o que disse, é uma necessidade a correcção ao estacionamento, sabemos que é um processo delicado em todo o lado e que é um processo com três meses. Já demos por esse problema de ocupação de espaços, um quanto ao tanto abusatório, porque alguns são espaços até de privados e são ocupados por motoristas que deixam lá o carro. Pergunto, se o dono do terreno quando lá chegar como é que vai ter acesso ao seu terreno? Vimos isto, e também com certeza que vamos analisar o problema do cemitério. Nós temos um terreno abaixo do Pavilhão da Escola Livre que é da Câmara Municipal, que o adquiriu quando adquiriu o terreno para o Troço 4, e que podemos transformá-lo num pequeno estacionamento que já vai desanuviar ali a área do cemitério e até da própria Escola Livre. O fecho dos Cinemas também lamentamos imenso. Oliveira de Azeméis, foi sempre conhecida ao longo dos tempos pelos Cinemas. E não só pelos Cinemas que tinha, mas também pela qualidade dos filmes e pela postura dos Oliveirenses a ver o cinema. Ainda me lembro do sapateado quando tinha os meus dezassete e dezoito anos. Vinham pessoas dessas vilas verem cinema a Oliveira de Azeméis, porque valia a pena ver bons filmes, por vezes estreias, e com um sossego e uma tranquilidade... Nós vamos lutar para que volte a Oliveira de Azeméis. Penso que respondi a todos. Muito obrigado a todos. =====*

*===== Retomando o uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Lino Ferreira, do PS. =====*



=====  
 ===== *A primeira preocupação que me trás cá hoje, prende-se novamente com as verbas que a DREN envia para a nossa Autarquia, e que destinam a subsidiar as refeições dos OTL e ATL das freguesias do nosso concelho, e que estão já com um atraso de sensivelmente seis meses, o que provoca grandes dificuldades na gestão e funcionamento normal desses serviços na maioria das nossas Juntas de Freguesia. Apelo ao Senhor Presidente da Câmara, que procure regularizar estes atrasos no mais curto espaço de tempo possível. Compreendemos que as dificuldades de tesouraria serão grandes, mas o fim a que estas verbas se destinam terão naturalmente uma atenção especial por parte de V. Ex.a, para que as crianças do pré-escolar possam continuar a ter no seu dia-a-dia tudo o que é devido. Outro assunto que convosco quero partilhar, tem a ver com a apreciação que tenho feito às obras que são efectuadas sempre que é necessário rasgar caminhos ou estradas para obras de saneamento ou de distribuição de água ao domicílio. O que se verifica, é que na maioria das vezes as estradas estavam num razoável estado de conservação e a partir desse momento ficam em péssimo estado, provocando nas pessoas que por lá têm de passar uma revolta crescente, pela demora no processo de normalização do piso. Compreendemos que durante algum tempo as terras deverão compactar, mas não se justificam os longos meses de espera que as pessoas têm de passar por cima das covas e da muita lama sempre que chove. O que sugerimos, é que sempre que estas obras de saneamento ou de distribuição de água sejam efectuadas, haja um serviço que coordene e programe em simultâneo o rasgar, o tempo de compactação e o finalizar da obra. Essa informação deveria ser passada às Juntas de Freguesia, para que possam responder com algum rigor às várias reclamações que vão recebendo. Actualmente, o que é que acontece é que parece que ninguém sabe informar com algum rigor quando está previsto o finalizar das obras, ou seja, deixar aos habitantes desse local a estrada exactamente igual ou de preferência melhor do que estava antes do início das mesmas. Vamos continuar em força com a obras de saneamento e distribuição de água ao domicílio, tão do anseio da população, mas de preferência com uma planificação global. Muito obrigado pela vossa atenção.* =====

=====  
 ===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Marcial Santiago, do PSD.* =====

=====  
 ===== *Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/ 2006, publicada no Diário da República de 10 de Março de 2006, foram definidas as principais orientações políticas e definidas as prioridades estratégicas nacionais por parte do Quadro de Referência Estratégico Nacional e dos Programas Operacionais. No cronograma de elaboração e negociação do QREN e dos PO, estava previsto para Janeiro de 2007 o início da sua execução. Em 16 de Janeiro último foi apresentada, pelo Senhor Primeiro-Ministro, a proposta de Quadro de Referência Estratégico Nacional, que constitui o enquadramento para a aplicação política comunitária e social em Portugal no período 2007-2013, em fase de discussão pública, a qual foi considerada admissível pela Comissão Europeia. Face ao referido, permito-me colocar a V. Exa., Senhor Presidente da Câmara, as seguintes questões: Quais as perspectivas do Município no acesso aos Programas Operacionais? Quais as candidaturas do Município aos Fundos Estruturais e de Coesão? Em 26 de Março de 2006, o Senhor Ministro Correia de Campos, aquando da visita ao Hospital de São Miguel, afirmou: “Obras na Urgência vão começar”. É verdade que não apontou datas, mas foram criadas expectativas e um ano já se passou desde a sua presença no Hospital e a incerteza mantém-se. Pergunto ao Senhor Presidente: - Está concluído e aprovado o projecto de remodelação do serviço referido? – Para quando está previsto o arranque das obras? – Que garantias tem V. Exa. da Administração Regional de Saúde e do próprio Ministério? Muito obrigado.* =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Eng.º Joaquim Jorge, do PS. =====

===== Senhor Presidente, eu não venho felicitá-lo pela abertura de mais uma grande superfície em Oliveira de Azeméis, venho sim responsabilizá-lo pela aniquilação completa do Comércio Tradicional em Oliveira de Azeméis, e pelo desordenamento total da parte sul da entrada da cidade, que todos queríamos e desejávamos que fosse um corredor verde, se continuar a persistir na aprovação generalizada de grandes superfícies, sem critérios de localização e sem critérios de objectividade. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis aprovou recentemente a instalação, a localização porque não pode aprovar a instalação, aprovou a localização de mais um espaço comercial na cidade de Oliveira de Azeméis, no centro da cidade de Oliveira de Azeméis, porque é como V. Exa. define aquele local, como centro da cidade de Oliveira de Azeméis, e é um facto que estamos todos a procurar uma nova centralidade para Oliveira de Azeméis, e é aí que temos essa nova centralidade. Recordo-lhe que inclusive aquando da inauguração da Loja Ponto Já, V. Exa. teve a oportunidade de referir de uma forma clara a excelente localização, e aí estamos de acordo, do local, precisamente por se tratar do centro da cidade de Oliveira de Azeméis. Todos os equipamentos que estão a ser projectados, todos os investimentos, as tais obras emblemáticas que V. Exa. fala, apesar de décadas de atraso, estão todas quase que concentradas naquele local. Preocupa-me, e tivemos oportunidade de discutir isto quando fomos há cerca de um mês também ao Ministério da Economia avaliar precisamente vários processos de intenção de aberturas de espaços comerciais de grandes dimensões no concelho de Oliveira de Azeméis, que não sejamos rigorosos na aprovação das localizações. A não ser que V. Exa. acredite, e julgo que esteve na mesma reunião do que eu, que o processo de aprovação dessas grandes superfícies por parte do Ministério da Economia resulta de um conjunto de critérios que tivemos oportunidade de discutir, é um processo objectivo. Tivemos a oportunidade de verificar que alguns dos critérios que estão subjacentes à aprovação, são a inexistência de outras grandes superfícies similares, a distância entre essas grandes superfícies, as áreas de influência dessas grandes superfícies e aí convenhamos que os Senhores que apresentam esses projectos, grandes empresas, que não vêm, como diz o Filipe, para o concelho de Oliveira de Azeméis por o concelho de Oliveira de Azeméis ser atractivo. Eles vêm para Oliveira de Azeméis, porque vêm promover a rentabilidade, são empresas com fins lucrativos e que vêm procurar ganhar dinheiro, e de preferência muito dinheiro, em Oliveira de Azeméis. Ora bem, o Senhor Presidente teve a oportunidade de ver, quando nessa reunião estivemos a falar sobre o E'leclerc, sobre o Feiranova, sobre o Intermarché que abriu recentemente, que inaugurou recentemente, e agora este novo dado o Staples Office Centre, que a aprovação de uma grande superfície nem sequer contemplava a existência da outra, que é um facto absolutamente espantoso, ou seja, o processo do E'leclerc desconhecia a existência do processo do Feiranova, como o processo do Feiranova desconhecia a existência do Staples, e como o processo do Staples desconhecia a existência dos outros dois. É evidente, que conseguimos então uma majoração de 2.5, que consegue digamos potenciar a abertura do espaço e é obvio que vamos sempre conseguir uma majoração de 2.5. É evidente que me preocupa também alguns dos critérios que ajudam à aprovação, nomeadamente critérios de salvaguarda, onde obrigatoriamente essas grandes superfícies terão que adquirir a fornecedores ou distribuidores regionais 40% daquilo que vendem nos seus espaços. Nós não somos ingénuos, ninguém é ingénuo, a não ser que desconheçamos completamente o volume de facturação de uma empresa ou de um espaço desses. É evidente que eles não compram, excepção feita talvez ao Intermarché que tem uma política realmente de algumas compras de proximidade, mas mesmo o Intermarché com certeza que não cumprirá os 40%.

*Garantidamente, essas grandes superfícies não cumprem esses critérios e mesmo assim vêm aprovadas as instalações sem grande dificuldade, porque o Ministério da Economia não tem suficientemente agilizados os processos que permitem analisar conjuntamente essas propostas de implementação. Acreditarmos que o E'leclerc junto da Cerciaz, junto da Escola Secundária Ferreira de Castro, junto da GNR, junto do Centro de Saúde, não é centro da cidade; ou acreditarmos que esta localização para o Staples Office Centre não é centro da cidade e não prejudica gravemente o funcionamento do centro da cidade, é sermos utópicos e não é sermos realistas. E o Senhor Dr. Vieira Dias diz que é com pena, é com uma profunda desilusão que nós vemos desaparecer o Cinema Gemini em Oliveira de Azeméis. Senhor Dr., nós vamos ver desaparecer quase tudo em Oliveira de Azeméis. Se nós persistirmos nesta política de permissão de autorização indiscriminada de implementação de grandes superfícies, nós só vamos contribuir para desordenar completamente o centro da cidade, vamos desordenar completamente. Os estudos de trânsito que eu tive oportunidade de analisar apontam para pressões enormes e para necessidades de intervenções profundas em termos de ordenamento do trânsito a expensas da autarquia. Não pagam depois os danos que são causados nas fluências de trânsito a 5, 10 e 15 anos, porque normalmente estas grandes superfícies trazem consigo alguns aglomerados populacionais que concentram também as pessoas nessas zonas. Portanto, o E'leclerc, o estudo de trânsito do E'leclerc apontava precisamente não para dificuldades agora, apesar da zona ser uma zona bastante movimentada, mas para dificuldades a 5, 10 anos, que seriam da responsabilidade, e obrigatoriamente teriam de ser resolvidas pela Câmara. Eu estou convencido que se nós não formos racionais, se nós não percebermos quais são as necessidades do concelho de Oliveira de Azeméis em termos de grandes superfícies, se não soubermos quando devemos parar, nós vamos estar a contribuir para aniquilar completamente o comércio e também a indústria em Oliveira de Azeméis. Repare, nós temos aí um ponto qualquer da Ordem de Trabalhos, onde uma Associação que julgo que as entidades fundadoras são a Câmara Municipal e a Associação Comercial de Oliveira de Azeméis, cujo objectivo é promover o concelho de Oliveira de Azeméis. Ora, eu preocupo-me seriamente, preocupo-me seriamente, se nós não vamos ter muita dificuldade em promover seja o que for, porque arriscamos a ter ruas pedonais que não têm rigorosamente nenhum comércio; arriscamos a ter programas comunitários de apoio a iniciativas de modernização do comércio que não vão ter comerciantes para as agarrar, para as abraçar, porque tendencialmente vão desaparecer. Julgo que a Câmara Municipal tem um papel importantíssimo a desempenhar na salvaguarda dos interesses de Oliveira de Azeméis. E salvaguardar os interesses de Oliveira de Azeméis, como aqui foi dito também, queremos uma cidade jovem, uma cidade atractiva, uma cidade que frequente espaços. Mas temos que ter uma zona histórica rica, temos que ter uma zona de comércio tradicional rica, porque isso é que torna as cidades atractivas. Os restaurantes tradicionais, os bares tradicionais, as lojas tradicionais é que permitem que uma cidade tenha identidade. Se nós não tivermos isso, se nós tivermos só um conjunto de grandes superfícies, que é um facto que criam alguns postos de trabalho, não vou aqui falar da qualidade e da natureza dos postos de trabalho criados, todos nós sabemos que os postos de trabalho que uma grande superfície cria são normalmente trabalhos precários, muito mal remunerados e que não temos na grande maioria do casos a preocupação de ver quais os efeitos colaterais também em termos do número de postos de trabalho que essas grandes superfícies acabam também por extinguir. E a mim, eu não tenho dúvidas, eu sou um comerciante também, não tenho dúvidas, que o que se vai passar daqui a alguns anos se nós persistirmos na autorização da abertura indiscriminada de grandes superfícies, é que quando os Senhores quiserem um emprego para os vossos filhos só terão duas alternativas: ou na caixa de um supermercado ou então na Câmara Municipal, que é um dos maiores empregadores do concelho. Não estou a ver outra possibilidade se nós continuarmos a*

*persistir numa política de abertura de grandes superfícies sem fazer um investimento enorme, enorme, na defesa dos interesses de Oliveira de Azeméis. É só isto. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Francisco Oliveira, do PSD. =====*

*===== No passado dia 03 de Fevereiro, decorreram em simultâneo com as festas de S. Brás as primeiras jornadas do pão de Ul. Na freguesia de Ul, estiveram reunidos moleiros, padeiras, estudantes, empresários e alguns autarcas do concelho, onde participaram na reflexão em torno da temática da preservação da cultura tradicional e do artesanato genuíno, como é o caso do pão de Ul. Estiveram envolvidos nas jornadas especialistas ligados a instituições nacionais, para reflectir sobre o processo de certificação e do associativismo no pão de Ul. Durante os trabalhos, os convidados falaram no passado e do presente dos moinhos. Sobre o pão, adiantou a oradora que depois de uma pesquisa conseguiu reunir mais de 600 provérbios e metáforas e muitas orações que rezavam enquanto fabricavam o pão. Todos foram unânimes ao afirmarem que a certificação do pão de Ul só trás vantagens para o produto regional. Por isso, a Câmara Municipal tem um trabalho pela frente vital, para que este produto regional, que todos nós diariamente consumimos, não se perca com o tempo, visto que o número de padeiras é reduzido e a idade bastante elevada. É preciso estar atento a tudo de bom que temos no nosso concelho. Senhor Presidente da Câmara Municipal, quero-lhe dar os parabéns por esta iniciativa, já durante a campanha eleitoral, onde o Senhor obteve o segundo melhor resultado de sempre das eleições autarcas no concelho, deslocou-se até à freguesia de Ul, onde visitou a implementação do Núcleo Museológico do Moinho e do Pão. Um projecto que, através da recuperação dos moinhos, pretende salvaguardar as memórias do que foi a indústria da moagem e do fabrico do pão. Senhor Presidente, a bancada do PSD está satisfeita com o Executivo, por cumprir com o seu programa eleitoral. Enquanto alguns andam distraídos ou a comemorar com jantares as derrotas eleitorais, a Câmara Municipal continua a trabalhar. Já agora mais uma questão: para quando as obras na ponte do Caniço, em Cucujães? =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====*

*===== Relativamente à intervenção do meu Amigo Lino Ferreira, eu queria daqui a bocado pedir-lhe um esclarecimento, para depois esclarecê-lo sobre as verbas das AEC's, que não fiquei a perceber muito bem a que se referiam e o Prof. Albino com certeza que lhe vai explicar. Queria-lhe dar algumas notas, e o Senhor devia assistir mais e ver mais, como é que se fazem as obras de saneamento e o período em que as fazemos. Nós temos que aproveitar todo o período do ano, e muitas das vezes coincide com o tempo das chuvas, logo a compactação das valas demora mais e não se pode cobrir com alcatrão logo a seguir. Temos andado a fazer em vários locais. Em Cucujães por exemplo, em várias ruas, que temos vindo a meter água e saneamento, a prepará-las de forma a que neste Verão possam levar alcatrão, tapete. São bastantes ruas, desde Rebordões até à parte da zona de Fermil, que nós fizemos já uns kms de água e saneamento. Nós vamos lá melhorar a vala de vez em quando, quando é possível e as pessoas compreendem isso, é um bocado de sacrifício para depois terem a ligação do saneamento e da água à porta. Isto não se faz de um dia para o outro, são obras que como em nossa casa também nos aborrecem, também aborrecem a Câmara e também aborrecem os próprios Municípios; mas eles têm tido paciência e eu tenho andado por lá e verificado que eles têm tido paciência, porque sabem que logo que o tempo melhore vamos reparar aquelas ruas.*

*Eu queria que o Lino Ferreira, pedia ao Senhor Presidente da Assembleia, se ele dava um melhor esclarecimento sobre que verbas eram, de que se tratavam e qual o fim a que se destinam para as escolas primárias, ou seja, para as Juntas de Freguesia. Relativamente à intervenção do meu Amigo Marcial, quero-lhe dizer que o Quadro de Referência está em fase de implementação, que temos tido reuniões preparatórias e já estamos a trabalhar nos nossos contributos para as candidaturas que vamos fazer. Queria deixar aqui a nota de que estamos a fazer dentro daquilo que o QREN evidencia, que é o investimento multimunicipal. Esse será sempre dentro do QREN, o investimento e a candidatura que mais rapidamente será aprovada. Aquela candidatura que se fazia antes e que cada Município tinha a sua tranche para fazer as suas candidaturas ao Eixo 1, ao Eixo 2 ou ao Eixo 3, eram candidaturas fechadas, em que eram só para o Município. E neste, no QREN, tem de haver uma interligação entre aquilo que se vai investir em Oliveira de Azeméis, em S. João da Madeira e em Vale de Cambra, ou seja, candidaturas de âmbito regional, ou intermunicipal, ou multimunicipal. Claro que há algumas que prevêm, e o QREN também prevê, a reabilitação urbana nas cidades, que as cidades são pontos de atracção que geram emprego e geram movimento e também vão ter esse cuidado. Assim como zonas também desportivas, mas não desportivas para o desporto de competição; mais depressa são aprovadas zonas desportivas para a prática do desporto pelo desporto, na perspectiva dos habitantes aumentarem o número de praticantes por modalidade, mas o que interessa mais é que as pessoas façam ginástica e que amanhã tenham uma melhor saúde. É uma das perspectivas do QREN. Nós também estamos trabalhar nisso e vamos com certeza ter candidaturas, várias, como por exemplo o saneamento e a água. São candidaturas que também o QREN comparticipa às Associações de Municípios, às Áreas Metropolitanas e também os Sistemas Multimunicipais. Penso que neste Quadro podemos ficar com o problema resolvido da água e do saneamento, finalmente. Para quando começar? Nós devemos começar a entregar candidaturas no fim do ano, princípio do próximo ano. Este Quadro, III Quadro Comunitário, deve encerrar fisicamente e financeiramente até Setembro. Algumas candidaturas poderão prolongar-se até ao final do ano, mas no final do ano tem que estar o III Quadro Comunitário totalmente encerrado. Senhor Eng.º Joaquim Jorge, ouvi-o atentamente, respeito perfeitamente as suas opiniões, mas quero-lhe dizer que não são as minhas. Quero dizer ao Senhor Eng.º, que existem critérios para pontuar os vários projectos, que são os critérios que a Direcção Regional da Economia tem e que faz a pontuação, e os que não atingem essa pontuação são logo à partida rejeitados pela Direcção Regional de Economia, que nem sequer vão à discussão da nossa reunião. Mas esses eu não vou pôr em causa, penso que são os mesmos que eram anteriormente, e eu já lá tinha ido anteriormente, e é pena que se alguns estiverem a influenciar, e a influenciar para o negativo a nossa decisão, é pena não corrigir. Em termos de localização, de espaços urbanos, quero dizer que também temos tido cuidado com isso e temos o acompanhamento das pessoas que estão responsáveis pela Revisão do PDM e pela elaboração do PU, mas eu nesse aspecto daqui a bocadinho peço ao Dr. Ricardo para dar uma explicação sobre isso. Sobre as festas de S. Brás e das jornadas do pão, pois efectivamente em termos culturais é algo de muito importante para Ul e para Oliveira de Azeméis. Também não podemos esquecer, todas as iniciativas que fizemos sobre isto, no aspecto de revitalizar, no aspecto de divulgar e no aspecto também de certificar. São acções altamente positivas. Não podemos esquecer também a Confraria das Papas de S. Miguel, que também merece a nossa atenção e merece que com certeza que venham a ter também uma jornada do tipo das jornadas do pão, realizadas a 03 de Fevereiro, e trazermos cá pessoas também com a sua experiência e os seus hábitos, também trazermos o seu testemunho, porque nós aprendemos muito com os outros e não devemos de ter vergonha de chamar seja quem for para vir cá e poder dar-nos o seu testemunho, porque nós também vamos a outro lado dar os nossos testemunhos, de algo de bom que Oliveira*

*de Azeméis tem. Oliveira de Azeméis não tem tudo de mau, parece que tem tudo de mau, mas não tem tudo de mau, tem muitas coisas boas. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar mais esclarecimentos. =====*

*===== No seguimento do que o Senhor Presidente disse, só queria dar aqui umas respostas ao que foi a intervenção do Senhor Eng.º Joaquim Jorge. Eu quero dizer que assisti um bocadinho incrédulo à intervenção do Senhor Eng.º, porque o Senhor Eng.º demonstrou uma preocupação com o comércio tradicional e com a política da Câmara na localização das grandes superfícies, e durante um ano, durante o ano de 2006, não foi a nenhuma reunião da Comissão da Delegação Regional da Economia, para falar sobre a sua posição sobre esta matéria. Para além disso, eu queria-lhe dizer, o Senhor Eng.º falou num corredor verde na parte sul, mas ainda na última reunião aprovou dois grandes estabelecimentos para a zona sul da cidade, estou-me a referir à Electric Co e New Code, que fazem parte da grande superfície ou da média superfície do Feiranova, portanto, está em contradição com o que disse, Senhor Eng.º. Para além disso, o E'leclerc não fica na parte sul, fica na parte norte, e o Senhor Eng.º votou contra a localização do E'leclerc aqui em Oliveira de Azeméis. Queria-lhe dizer também, que os Vereadores do seu Partido, em reunião de Câmara, aprovaram a localização do E'leclerc na parte norte da cidade e votaram contra os estabelecimentos que o Senhor Eng.º votou a favor agora na última reunião da Comissão da Delegação Regional da Economia. O Senhor Eng.º é que estava a falar em critérios rigorosos, mas esses critérios rigorosos não têm existido também por parte do PS, mas tem existido por parte do PSD e deste Executivo. Relativamente ao centro da cidade, Oliveira de Azeméis tem um potencial de crescimento enorme, a tendência no Plano de Urbanização da Cidade é para aumentar a zona central da cidade, onde queremos que existam vários estabelecimentos comerciais de média dimensão, de grande dimensão, e onde também vão existir políticas de apoio e promoção ao Comércio Tradicional, como aliás já aqui foi referido. Quanto ao facto da UAC que vai ser criada e que foi um projecto da Câmara Municipal em parceria com a Associação Comercial, não é para promover o concelho de Oliveira de Azeméis, é para promover o comércio tradicional de Oliveira de Azeméis. Quanto ao facto de o futuro dos jovens ser numa caixa de supermercado ou na Câmara, queria-lhe dizer que não se esqueça que existe um Pólo Universitário em Oliveira de Azeméis, e que há sempre a possibilidade de frequentar cursos superiores e de ter outras alternativas. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== Só para dar nota que o Senhor Presidente da Câmara pediu que o Senhor Lino Ferreira clarificasse, e segundo as informações que me chegaram, a clarificação prendia-se com o protocolo de cooperação na rede pré-escolar. Estou a falar bem? =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar esclarecimentos sobre o protocolo de cooperação na rede pré-escolar. =====*

*===== Eu penso que há aqui alguma confusão em relação às verbas transferidas pela DREN, porque nunca estivemos tão actualizados em termos de transferência das verbas da DREN para os verdadeiros utentes desse apoio. É o exemplo, e eu reforço aqui aquilo que foi dito à pouco em relação às Actividades de Enriquecimento Curricular. É verdade, temos com*

*toda a franqueza que confirmar que recebemos atempadamente e ultrapassamos o atempadamente, mas temos razões para isso. Não foram todos os concelhos, como sabem existem três tranches de atribuição das verbas das Actividades de Enriquecimento Curricular, uma parte do bolo total das Actividades de Enriquecimento Curricular vem no final do primeiro período, outra no final do segundo período e outra no final do terceiro período. Acontece que Oliveira de Azeméis recebeu a tranche do primeiro período no tempo exacto, e logo a seguir fomos contactados pela DREN para nos atribuírem mais uma parte da segunda já antecipada e foi-nos dito porquê. É porque o nosso concelho é dos poucos que está com as contas em dia com os professores. Nós entendemos que os professores destas actividades já são sacrificados suficientemente pelas condições precárias de emprego que têm e não deviam ser mais sacrificados. Portanto, estamos a pagar na hora e esse reconhecimento da DREN vem por isso. Já ao nível daquilo que é questionado pelo Senhor Lino Ferreira a nível das outras transferências, nós da DREN o que é que é que recebemos mais? Recebemos comparticipação para as actividades do prolongamento de horários no pré-escolar e recebemos uma parte da comparticipação das refeições. Tanto numa como noutra, é possível que haja um pequeno atraso, mas é muito menor do que aquilo que já foi. O Vereador da parte financeira pode-me garantir que será desde Dezembro sensivelmente para cá. E temos que atender ao seguinte: as contabilidades disto não se fazem na hora, quer dizer não acaba o mês e tem de se pagar no primeiro dia do mês a seguir, porque não temos as contas feitas. Mas não são cinco ou seis meses, penso que confirma isto, será quanto muito de Dezembro para cá. Aliás, esta transferência da DREN também é feita nestes moldes e estes dinheiros, é bom que se diga, não são todos da DREN, uma parte é da DREN e outra parte da Câmara Municipal e nós estamos a fazer transferência com algum atraso, que é relativamente pouco em relação a esse número de meses que estão a dizer. Essa recuperação tem havido e agora já são dois ou três meses. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos. =====*

*===== Em relação à ponte do Caniço, queria dizer que o projecto está pronto e na próxima semana vamos enviar convites a vários empreiteiros. Portanto, esperamos que dentro de um mês o concurso esteja encerrado e a obra adjudicada. Relativamente ao Troço 08 da 1.ª fase, já foram convidados cinco concorrentes, que deverão entregar as propostas até ao dia 27 de Fevereiro e a abertura das propostas será no próximo dia 28 de Fevereiro. Sobre as obras do Hospital, quero dizer que está um bocado complicado, está bastante complicado. Neste momento, ainda não há a certeza de que hajam obras que irão arrancar. Relativamente à Urgência, efectivamente já saiu publicado que o nosso Hospital fica com a urgência básica, que vai ficar com o internamento pediátrico e com um pediatra 24 horas, em regime de permanência, e vai ficar com o internamento de cuidados continuados. Sei que para fazer algumas intervenções no nosso Hospital, para a parte dos cuidados continuados já há dinheiro, mas é preciso ainda fazer uma revisão, porque agora é que estamos em condições de preparar o projecto futuro do Hospital. Ainda se pensou, e o Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde ainda pensou dar uma pincelada na Urgência, mas foi desviado de fazer isso, porque era estragar dinheiro. A Urgência vai sair de onde está. É preferível gastar o dinheiro, se ele não há este ano, não há dinheiro para isso, haverá para o ano, mas fazer no sítio onde vai ficar, que é na entrada principal do Hospital e no correr do Hospital. E depois, então pode-se continuar com as obras dos cuidados continuados e pode-se logo de seguida fazer a reformulação da actual Urgência. A situação é esta e isto não satisfaz os Oliveirenses, quem compreendo, porque o problema não é só de agora e nós estamos a ficar um bocado cansados*

*disso. Eu disse isto ao meu grande Amigo, que me tem tratado muito bem e eu também tenho-o tratado muito bem, o Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde, e ele também se sente impotente para isto. Vamos ter que ter um bocado de paciência, para suportar mais algum tempo as situações que nós hoje temos nos hospitais; embora continue a dizer que há dinheiro para as obras, ainda não está é o projecto aprovado. O projecto já estava pronto para a nova Urgência, e há um projectista que chega ali e põe tudo em causa e volta tudo à estaca zero. Isso é um bocado como nós temos às vezes na Câmara, os projectistas são assim, e os políticos têm dificuldade em ultrapassar estas questões. Vamos ver, estamos em contacto permanente com o Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde, vou enviar também uma carta ao Senhor Ministro dando-lhe nota e conhecimento destas coisas todas, a ver se consigo com esforço alguma verba por algum lado, que esteja lá num canto, e que se possa começa com as obras para continuar. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Eng.º Joaquim Jorge, do PS, que solicitou mais esclarecimentos. =====*

*===== Senhor Vereador, eu quando pensei que o Senhor ia intervir, pensei que ia intervir no sentido de dar contributos positivos para esta Assembleia. E ouvi-lo falar de rigor é hilariante. O Senhor tem presente o facto de eu ter faltado a duas reuniões que se verificaram em 2006. É um facto, uma delas, estava ausente do país; outra delas, problemas de saúde sérios impediram-me de estar presente. Em ambas as vezes, fui devidamente e perfeitamente representado por um Colega desta Assembleia. Portanto, sobre isso estamos esclarecidos. Mas tenho uma coisa para lhe dizer: só vale a pena estar presente nas reuniões se for para defender os interesses de Oliveira de Azeméis, Senhor Vereador; se não for para defender os interesses de Oliveira de Azeméis, mais vale nós não irmos a essas reuniões. Surpreende-me que V. Exa. ache curioso, ache pouco rigoroso, eu ter uma opinião contrária à do Executivo Camarário. Senhor Vereador, o Senhor sabe porque é que existem aquelas reuniões? O Senhor faz a menor ideia porque é que existem aquelas reuniões? Se não fosse para haver a possibilidade de haver opinião contrária não se faziam aquelas reuniões, estava assumida, estava decidida a localização. Está a perceber? Nós vamos lá porque temos pacotes de informação, volumes de informação, que o Senhor pelos vistos teve a oportunidade de transversalmente ler. Não é? O Senhor diz que eu aprovei o New Code e o Electric Co. O que é que eu aprovei Senhor Vereador? Aprovei duas pequenas áreas dessas grandes superfícies, que já se encontram aprovadas. É absolutamente estúpido, o termo é mesmo estúpido, um indivíduo que tem as grandes superfícies aprovadas ... =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a intervenção e disse:*

*===== Senhor Membro da Assembleia Municipal, peço-lhe imensa desculpa mas não são termos para se dirigir à Assembleia Municipal. Peço-lhe imensa desculpa, dei-lhe a palavra para pedir um esclarecimento. Peço-lhe a correcção. =====*

*===== O Senhor Eng.º Joaquim Jorge continuou: =====*

*===== Eu peço desculpa e vou corrigir os modos da minha intervenção. É absolutamente errado ter uma posição de voto contra, quando a grande superfície já se encontra aprovada. É absolutamente errado. Isto não é mais do que um subterfúgio que as grandes superfícies encontram para ter a parte de electrodomésticos com possibilidade de abrir ao fim-de-semana.*



*E o Senhor sabe disso, portanto o Senhor sabe que a decisão é uma decisão correcta, é uma decisão coerente e é uma decisão pensada. Se o Senhor tivesse sido mais correcto, teria oportunidade de dizer, já que analisou o processo, que eu votei contra o E'leclerc, eu não disse aqui que o E'leclerc era na parte sul da cidade, o E'leclerc é na parte norte da cidade e situei um conjunto de equipamentos que se encontram ao lado do E'leclerc. O Senhor não esteve atento. O que eu lhe queria dizer, é que o Senhor teve oportunidade de ler essa acta e o Senhor teria visto quais foram os motivos que me levaram a votar contra a instalação do E'leclerc. E foram vários, e prenderam-se com razões que eu tive, e o Senhor Presidente impacientemente esperou por mim porque eu fiz uma declaração de voto que justificou a minha posição. E tinham a ver com eu achar que estas empresas não pagam os impostos no concelho, a qualidade dos postos de trabalho que criam, a pressão que fazem sobre o centro da cidade, o prejuízo que poderão causar ao comércio tradicional. Todas estas razões, o Senhor Presidente sabe que é verdade, foram invocadas na minha declaração de voto. Em relação ao corredor verde que eu defendi aqui, à entrada sul da cidade, é evidente que eu estava a referir-me à localização do Staples, e só a isso. Em relação ao Feiranova, não há rigorosamente nada a fazer. Em relação ao Intermarché, não há rigorosamente nada a fazer. Eu alertei aqui foi precisamente para este novo equipamento que vai, na minha opinião, prejudicar gravemente toda aquela zona. Foi só isso que eu quis dizer quando falei no corredor verde. Muito obrigado, e peço desculpa mais uma vez Senhor Presidente. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Lino Ferreira, do PS, que pediu novamente a palavra. =====*

*===== Era só para clarificar, e queria pedir desculpa ao Senhor Presidente porque se calhar na primeira intervenção não fui muito claro. A informação que eu tenho, e vou ser claro naquilo que vou dizer, há duas Juntas de Freguesia, S. Tiago de Riba-Ul e S. Roque, que não receberam este ano ainda verba nenhuma desde Setembro. Portanto, se me diz que está pago desde Dezembro, a essas duas Juntas de Freguesia pelo menos não é verdade, porque foi-me garantido pelos respectivos responsáveis que não receberam verba nenhuma, era só para clarificar isso. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi concedida a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Estes eram os dados que tínhamos aqui, não estávamos a contar com esta resposta, admitimos falhas e vamos averiguar para corrigir se for o caso. Posso é dizer é uma coisa: se S. Roque e S. Tiago tiverem atraso, provavelmente outras estarão na mesma situação porque não há aqui discriminações, disso podem estar certos. Temos a noção de que não há tanto tempo de atraso, mas vamos ver e depois dizemos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Já agora permitam-me fazer só um comentário relativamente à questão de defender os interesses de Oliveira de Azeméis. Nós não nos podemos esquecer de que quando tomamos posse, quando assumimos o juramento perante os Oliveirenses enquanto Membros da Assembleia Municipal, todos sem excepção, estamos aqui para defender os interesses de Oliveira de Azeméis. Como é evidente, temos que compreender que há visões diferentes e temos*

*que aceitar isso com toda a naturalidade, estamos a viver em democracia, agora todos temos essa grande preocupação de defender os interesses do nosso concelho. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS. =====*

*===== Um dos assuntos que me preocupava salientar no Período de Antes da Ordem do Dia nesta Assembleia, tinha precisamente a ver com as tais obras estruturantes de que se vem falando há longos anos, aquelas que se tem dito repetidamente que têm várias décadas de atraso. E tinham as décadas de atraso quando foram lançadas e quando foram iniciadas, e depois disso, hoje têm alguns anos. Eu lembro-me concretamente daquilo que já foi referido hoje como sendo a Praça da Cidade, para quem está menos identificado, as chamadas obras no Largo do Gemini. Lembro-me que em Maio de 2005, um jornal que até já nem existe, isto já é tão velho que o jornal já nem existe, que é o saudoso “Comércio do Porto”, noticiava a propósito de obras no centro de Oliveira de Azeméis, fazia o seguinte título “Obras no centro de Oliveira de Azeméis prontas dentro dos prazos”; e, em subtítulo lia-se “Autarquia garante que reconversão do Largo do Gemini está a decorrer tal como previsto, a empreitada está orçada em € 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil euros) e deverá ficar concluída em Julho de 2005”. Isto noticiava-se em Maio de 2005, estamos daqui a pouco em Maio de 2007, decorreram dois anos. Na circunstância o Senhor Presidente da Câmara dizia, e passo a citá-lo “levantam-se boatos e dizem-se coisas que não são verdade”. Isto, citei o Senhor Presidente da Câmara Senhor Ápio Assunção, que respondia a propósito de dois aspectos: de custos da obra e de prazo de execução. Repito, disse ele “levantam-se boatos e dizem-se coisas que não são verdade”. Além disso, referiu-se o seguinte “a obra nunca esteve parada, nem há falta de dinheiro”. E diz-se mais adiante “o consórcio Soares da Costa nunca parou e está a cumprir”. No mesmo parágrafo, ainda lê-se o seguinte “um dos engenheiros responsáveis pela obra garante que estão a ser cumpridos os prazos calendarizados para a obra e que esta será entregue à Câmara em Julho de 2005”. Se houver dúvidas, eu posso entregar a notícia que estou a ler na Mesa para poder ser distribuída por todos, penso que será certamente desnecessário, porque isto é uma notícia que todos os Oliveirenses leram e que certamente todos têm de memória. Eu só a trouxe para não ser imprecisa nem quanto ao conteúdo da mesma, nem quanto à sua localização temporal. Dizia eu há pouco, volvidos cerca de dois anos as obras na Praça da Cidade ou no Largo do Gemini, como preferirmos, estão mais ou menos na mesma. Não sabemos quando vão estar prontas, mas há uma coisa que sabemos é que não é em Julho de 2005. Não sabemos ainda muito bem quanto é que vão custar. Sabemos duas coisas, e essas são inequívocas e ninguém pode ter sombra de dúvida sobre elas. Primeira coisa, continuam a fazer morrer todos os dias um bocadinho mais aquela zona da cidade; e neste momento, para além daquilo que era previsto naturalmente e inicialmente, já levam mais ao bolso dos Oliveirenses, números redondos, € 748.000,00 (setecentos e quarenta e oito mil euros). Neste aspecto eu queria fazer um reparo que me parece de absoluta importância e que tem a ver com o seguinte: foi referido aqui há pouco por uma ilustre Colega Membro desta Assembleia, que se falava e até se noticiou num meio de comunicação social, que estariam ultrapassados o “plafond” legal máximo dos trabalhos a mais dos 25%. Foi aqui referido que é evidente, é natural, que tem que ser compensados os trabalhos mais com trabalhos a menos. Eu não conheço nenhum dos autos de trabalhos a menos. Só quero deixar ficar uma perplexidade. Queira Deus que nenhum deles tenha servido para fazer operação cosmetico-legal ou financeira de impedir que fosse ultrapassado o limite legal dos 25%. Todos nós temos mais de 18 anos e não temos idade para ser ingénuos e muito menos para engolir todos os comprimidos e todas as pílulas que nos*

*aparecem à frente. Como referi, não conheço nenhum dos autos de trabalhos a menos, mas queria Deus que eles não tenham surgido para impedir que fosse ultrapassado o limite legal dos 25%. De qualquer forma, dizia eu para além disto, é importante sabermos que a continuidade daquele estado de coisas e a indefinição da situação daquela obra, tem implicado a morte diária e paulatina daquele espaço. E relativamente a isto, eu quero referir uma coisa que não podia deixar de referir, e que tem a ver com o anunciado fecho das Salas de Cinema do espaço Gemini. É evidente, pelo menos para mim, que não foram, pelo menos só, as obras do Largo do Gemini que contribuíram para o efeito. Para mim é uma questão absolutamente evidente, tal como é evidente a contribuição que isto teve para aquele mesmo fecho. Quanto às evidências que levam a que um espaço daqueles tenha que fechar, e a que espaços de outra natureza mas de igual importância e mais valia para o nosso concelho corram o mesmo risco, se calhar este merecia uma Sessão Extraordinária desta Assembleia Municipal, porque é um assunto de demasiada importância para poder ser tratado nos poucos segundos que me restam, porque o tempo já vai longo e eu prometi que hoje vou ser das mais breves na intervenção deste PAOD. Queria referir um outro aspecto e que tem a ver com a forma, eu já por diversas vezes e em inúmeras circunstâncias, não só na minha qualidade de Membro desta Assembleia chamei a atenção em público para a forma como nos vimos habituando a que o Poder, por quem o detém, vem sendo exercido no nosso concelho, nomeadamente o Poder do Executivo Autárquico. Inúmeras vezes assistimos por variadíssimas manifestações a que se confunde autoridade com autoritarismo, a que se confunde poder legitimado com poder iluminado e a que se confunde democracia com autocracia. E quando nós achamos que este Executivo Camarário já não é mais capaz de nos surpreender a este propósito, deparamo-nos com algumas pérolas com as quais ele nos brinda. E eu não posso deixar passar em claro a forma como tive notícia de que foi tratado um funcionário da Autarquia de Oliveira de Azeméis, falo claro da Câmara Municipal. Vou pôr nome nas coisas, porque é assim que elas devem ser tratadas. Falo do Senhor Carlos Mota, que é funcionário da Autarquia, tanto quanto é do meu conhecimento, há mais de duas dezenas de anos. É um funcionário qualificado da Autarquia e que, porque vinha desempenhando funções como Director de um jornal, de um quinzenário, de distribuição gratuita no nosso concelho, sofreu alguns dissabores. E foi aconselhado pela voz da razão do próprio ao que presumo, e pelos pareceres técnicos de quem os forneceu à Câmara Municipal, a abandonar estas funções, tendo-lhe sido transmitido que as mesmas padeciam de alguma incompatibilidade com o exercício funcional da sua qualidade de funcionário da Câmara Municipal. Eu acho que quando nós queremos tomar algumas atitudes devemos ter a coragem de chamar as coisas pelos nomes, por duas ordens de motivos: porque é mais claro, e porque tratando-se a Câmara Municipal de um Órgão Autárquico têm de ser naturalmente fundamentadas, porque é uma exigência legal, todas as suas decisões. E é evidente que isto não foi uma decisão da Câmara Municipal, foi do próprio, mas aconselhado por um suposto parecer que indiciava a existência de uma incompatibilidade. Meus caros Amigos é bom que tenhamos a noção do que é uma incompatibilidade para um funcionário autárquico. É uma incompatibilidade legal, e essas estão tipificadas na Lei; ou é uma incompatibilidade funcional, e essa pode advir de uma outra via que não a Lei. Pode ser contratual, pode ser convencional, mas nenhuma destas foi alegada tanto quanto é do conhecimento público, e mais ainda, mais ainda, parece-me que também não deveria existir. E mais estranho ainda é, quando o que é alegado como motivo da tal incompatibilidade, é o facto do órgão de comunicação, se quisermos chamar assim, em causa ser com regularidade hostil, pelo menos é esse o termo que foi usado, àquilo que é a actividade da Câmara. Eu só quero dar um paralelo. Noutros órgãos de comunicação social também do nosso concelho, noutros jornais regionais, exercem funções semelhantes, do ponto de vista do conteúdo funcional, outros funcionários cobertos pelo vínculo*

*funcional da função pública, que em nenhuma circunstância foram aconselhados ao que quer que seja, nem lhes foi sugerida nenhuma incompatibilidade, nem mesmo quando escrevem, e muito bem, no exercício de um direito que é próprio e que ao próprio assiste, tanto mais de que é por ele assinado, nem sequer quando critica aquela que é a sua entidade patronal, que no caso concreto e já toda a gente já percebeu de quem é que eu estou a falar, é a Senhora Ministra da Educação. Portanto, é bom que nós tenhamos a noção daquilo que estamos a falar. Estamos a falar uma vez mais da manifestação do exercício de um Poder, que não consegue de forma nenhuma conviver com nenhum tipo de crítica, nem com quem possa estar próximo dela. Eu até me lembrei que indo por esta via, no meu caso é diferente, mas se calhar um dia destes alguém pudesse sugerir ao meu Amigo Hermínio Loureiro, que sendo colaborador habitual do mesmo quinzenário, um dia possa deixar de ter que o fazer por ser incompatível eventualmente com a função de Presidente desta Assembleia. Estou certa de que ninguém o fará, da mesma forma que estou certa de que ele nunca assumirá uma posição muito crítica relativamente ao Poder Executivo. Queria acabar esta minha intervenção, como prometi que hoje ia ser breve, com duas perguntas muito concretas ao Senhor Presidente da Câmara. Largo do Gemini ou Praça da Cidade? Obras prontas e obra entregue à Câmara Municipal, quando? Inauguração da Biblioteca Municipal, quando? =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Isidro Figueiredo, do PSD. =====*

*===== O assunto que me trás aqui, já aqui foi evocado nesta Assembleia e tem a ver com questão da instalação destas superfícies comerciais em Oliveira de Azeméis. E não podia deixar de comungar de alguma estupefacção pelas palavras que aqui ouvi relativamente a estes processos de instalação destas superfícies comerciais. Até aqui várias vezes ouvi de muita boa gente dizer que Oliveira de Azeméis não tinha desenvolvimento, não tinha investimento, não havia dinâmica nessa área empresarial. De repente, ouvimos dizer que afinal é investimento a mais, é dinamismo a mais e que vai pôr em causa também o desenvolvimento de Oliveira de Azeméis. Já aqui foram evocadas algumas contradições, não vou voltar a falar nelas, mas queria dizer claramente o seguinte: nós defendemos claramente todo o tipo de investimento em Oliveira de Azeméis que venha criar emprego, que venha criar dinamismo no comércio, na indústria ou em qualquer outro sector estratégico para Oliveira de Azeméis. Não quero assistir como assisti durante estes últimos anos, a que as populações do concelho de Oliveira de Azeméis, cidade e freguesias, procurem concelhos circunvizinhos ou até concelhos bem mais distantes, para irem fazer as suas compras. Não é dessa forma que se defende os interesses de Oliveira de Azeméis. Não vale a pena pensar que dessa forma estamos a defender o comércio tradicional. As superfícies não existiram até agora, ou até há bem pouco tempo, e não foi por isso que o comércio tradicional se desenvolveu. E também por mais vontade que nós, enquanto encarnamos esta função política de querer que as coisas funcionem de outra forma, não é por nós querermos muito que o comércio tradicional seja acautelado e que ele se desenvolva, se não houver um outro tipo de atitude, um outro dinamismo no nosso comércio tradicional. E já aqui foram hoje evocadas algumas estratégias para a defesa e para o desenvolvimento do comércio tradicional. Aliás, temos isso previsto também na Ordem de Trabalhos que hoje aqui iremos discutir, que envolve a Associação Comercial e que envolve nomeadamente a Câmara Municipal. Mas podíamos também evocar outros processos, outros tipos de apoios que no passado se dirigiram ao comércio tradicional, nomeadamente para a modernização do comércio tradicional, através do programa PROCOM. Não foi por isso que as coisas mudaram significativamente. Portanto, nós podemos querer muito que o comércio tradicional funcione de*

*outra maneira, mas se não houver, como dizia eu, uma outra atitude, um outro dinamismo por parte desse comércio tradicional, não vai ser assim que nós vamos de facto tê-lo de forma diferente. Dizer também o seguinte: estranho muito que uma organização, uma empresa como é a Staples que aqui foi evocada, que visa naturalmente o lucro, que queira em Oliveira de Azeméis ter lucro. O contrário é que seria de estranhar, o contrário é que seria naturalmente de nos questionarmos todos. Quanto à localização podemos estar em desacordo, podemos questionar. Agora, quanto à oportunidade do negócio em si ou dos negócios em si, se tivermos em conta todos os outros investimentos previstos, acho que se alguma coisa temos de reclamar é do atraso considerável que esse investimento vai ser feito em Oliveira de Azeméis, comparativamente com outros concelhos bem menos expressivos, com menor importância, e que já têm essas superfícies comerciais há muito mais tempo. Portanto, dizer o seguinte: quando se olha para o desenvolvimento e para a visão estratégica de desenvolvimento de um concelho, pode-se à maneira do PS dizer-se apenas ou evocar-se apenas os pontos fracos. Eu prefiro evocar os pontos fortes e dos pontos fracos esperar que sejam desafios para que se renove a nossa capacidade de desenvolvimento do concelho no seu todo, e em particular nas zonas envolventes onde estas superfícies se irão instalar. Finalmente, deixava um repto, é que da nossa parte não há dúvidas quanto a esta matéria, queremos investimento, queremos que o concelho se desenvolva, queremos que haja mais emprego, que haja mais gente afixada em Oliveira de Azeméis, aí a desenvolver a sua actividade económica e que de preferência, tal como há outros bons exemplos, que se consiga conviver em perfeita harmonia, dentro do possível, entre o chamado comércio tradicional e as grandes e médias superfícies. Esses exemplos existem nos outros sítios, que sirvam como boas prática também para o nosso concelho. O repto que deixo é muito claro, se e tirando ou descontando as contradições aqui feitas, que o PS nos diga claramente e de uma vez por todas que é contra este desenvolvimento, este investimento em Oliveira de Azeméis e que diga de uma vez por todas que está contente com o estado das coisas que tem e que está em desacordo com esta nossa visão que queremos para Oliveira de Azeméis. Não é restritiva, estamos a falar apenas deste sector de actividade, mas evidentemente que esta discussão poderia ser levada a todas as outras áreas de desenvolvimento do concelho de Oliveira de Azeméis. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio da seguinte forma: =====*

*===== Hoje, ainda por cima, o Secretário António Grifo não está cá e não temos o tempo a ser controlado, porque eu não quis fazer essa maldade ao Senhor José Alves. Os Senhores Membros da Assembleia Municipal que pedem a palavra para pedir esclarecimentos suplementares têm que perceber, não estão a ver, mas eu estou daqui a ver a reacção dos vossos Colegas da Assembleia Municipal. E os Senhores têm que compreender que colocam à Mesa um problema adicional. Por um lado, temos de cumprir o Regimento, e hoje no Período de Antes da Ordem do Dia os tempos foram largamente ultrapassados. Por outro lado, o Presidente da Assembleia Municipal, porque gosta de valorizar este Órgão, entende que ninguém deve ser quartado do seu direito de exercer e pedir os esclarecimentos que entender necessários. É para isso que aqui estamos. Nós na futura Lei vamos ter Assembleias Municipais que vão ser se calhar mensais e aí esta situação já não se coloca, porque se elas tivessem outra periodicidade com certeza que muitas das questões já não vinham aqui ou eram debatidas de outra forma. E portanto, eu não querendo quartar a palavra a ninguém, dizer que ainda tenho inscrito o Senhor Presidente de Santiago de Riba-Ul e tenho o Helder Simões, que prescinde, sendo certo que há um pedido suplementar da Dra. Helena Terra e do Eng.º Joaquim Jorge. =====*

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Godinho, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul.*

===== *Eu venho cá poucas vezes, mas quando venho gostaria de ser esclarecido dentro daquilo que for possível. Senhor Presidente, Santiago de Riba-Ul tem passado uns maus momentos, quer no passado, quer actualmente, em relação às vias de comunicação e muito especialmente a saneamento. Gostaria se fosse possível Senhor Presidente, que me dissesse aqui e agora se aquele malefício que se encontra do Troncal para Vila Cova, com respeito a saneamento, já tem data para iniciar. Passando para outro ponto, foi enviado já há algum tempo, não há muito, mas há cerca de dois meses, um ofício pela Junta de Freguesia à Câmara Municipal que V. Exa. dirige, a comunicar-lhe o estado em que se encontrava a Rua do Cercal, lugar das Mangas. Bem sei Senhor Presidente que mandou os técnicos, também tive informação que o Senhor Presidente passou pelo local e sei perfeitamente que o Senhor Presidente tem conhecimento do estado deplorável em que se encontra aquela rua. Sei que me responderam ao ofício dizendo que aquilo já tinha sido entregue aos técnicos e que muito brevemente se iria dar lá uma rectificação àquilo. Senhor Presidente, gostaria que lá passasse mais uma vez, mas digo com toda a franqueza que daqui a mais nem a pé se pode lá passar. Temos lá alguns empresários que já estão cansados, segundo dizem eles, de comunicar com o Executivo, de ter falado já com o Senhor Presidente, mas agora já não vêm cá, porque é muito mais cómodo e o Presidente, qualquer Presidente de Junta tem de estar, não pode fugir, e tem de os atender, tem de atender os seus fregueses. Digo com toda a franqueza, já não sei o que fazer àquela gente. Bem sei que o tempo não permite alcatroar, mas Senhor Presidente peço encarecidamente para que tome providências e mande pelo menos colocar lá um bocado de brita naquilo, alcatrão não, mas qualquer coisa que tape aqueles grandes buracos, até porque o Executivo deve ter recebido comunicação de alguns indivíduos que por lá já passaram e tiveram grandes danos nas suas viaturas. Tenho a certeza absoluta, porque tenho cópias de ofícios que já fiz chegar às mãos de V. Exa. Portanto, Senhor Presidente acho que era de todo urgente que tomasse providências. Agora gostaria também de falar um outro ponto, e único, Senhor Presidente. Tive conhecimento de que aqueles terrenos que foram adquiridos para o Pólo Universitário no lugar de Outeiro, em Santiago de Riba-Ul, não foram aprovados para aí ser construído aquilo que em princípio se previa e que tanto se lutou aqui nesta casa para que isso fosse uma realidade. Tive conhecimento que os terrenos não foram aprovados. Gostaria de saber se sim ou não, e se não foram aprovados, ficaria muito satisfeito se fosse em outro local qualquer, mas que fosse em Santiago de Riba-Ul. Muito obrigado. =====*

===== *Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi dito: =====*

===== *Dra. Helena Terra, já falou e ainda não obteve respostas às suas perguntas, e já pediu novamente a palavra. Senhora Deputada, vou agora dar-lhe a palavra a si e ao Eng.º Joaquim Jorge, sendo certo que só terão a palavra depois da explicação do Senhor Presidente da Câmara, se for obviamente motivo de ofensas à honra ou à dignidade pessoal. =====*

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Eng.º Joaquim Jorge, do PS. =====*

===== *Vou ser muito breve e começo por agradecer o tempo que me está a dispensar. Prof. Isidro, o Senhor revelou um profundo desconhecimento dos dossiers em apreço. Eu gostaria de lhe perguntar se o Senhor sabe quantas grandes superfícies estão licenciadas no*

*concelho de Oliveira de Azeméis? Faz ideia? Não faz de certeza. Estão oito, neste momento estão oito licenciadas no concelho de Oliveira de Azeméis. Nós não somos velhos do Restelo no Partido Socialista, nós tal como o Senhor defendemos o desenvolvimento de Oliveira de Azeméis, queremos o desenvolvimento de Oliveira de Azeméis. Agora, nós não temos a noção restritiva, limitadora como o Senhor tem, como agora aqui disse, que o desenvolvimento do concelho de Oliveira de Azeméis passa pelas grandes superfícies ou passa só pelas grandes superfícies, não temos essa visão redutora do desenvolvimento do concelho. O que eu não disse de certeza absoluta é que não queria o Staples em Oliveira de Azeméis. O que eu disse foi que discordava da aprovação daquela localização, foi só isso o que eu disse. Não foi isso que o Senhor disse. O Senhor falou nos pontos fortes das grandes superfícies, argumentou com a criação de emprego. Sabe que a criação de emprego é importante, mas desde que essa criação de emprego não traga efeitos colaterais, se não todos estaríamos de acordo em trazer para cá uma estação de tratamento de resíduos tóxicos e outro tipo de instalações, porque também criam emprego apesar de não serem bem-vindas por nós. Quando fala que este tipo de grandes superfícies concentram um consumo nesta região, eu só vou-lhe dar este esclarecimento: estes casos que estamos a falar, estes casos em apreço, têm a particularidade da área de influência que apresentaram para verem aprovados os seus projectos de instalação serem no caso do E'leclerc, quase toda a zona de Vale de Cambra incluindo a freguesia de S. Roque e pouco mais; e no caso do Feiranova, Albergaria-a-Velha e por aí adiante. São as áreas de influência destas grandes superfícies Senhor Prof. Isidro. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedida a palavra à Dra. Helena Terra, do PS. =====*

*===== Muito breve e apenas para responder, porque o PS foi questionado pelo Dr. Isidro Figueiredo, quando perguntou “queremos saber de uma vez por todas se o PS quer ou não quer investimento em Oliveira de Azeméis”. O PS quer investimento em Oliveira de Azeméis. Que fique claro de uma vez por todas e que nunca mais ninguém pergunte isto ao PS de Oliveira de Azeméis. Mas passo a explicar: é bom que se perceba que investimento não serve a qualquer preço, nem serve em qualquer área. Queremos investimento em Oliveira de Azeméis que gere riqueza, sobretudo, é certo que o País bem precisa dela, mas agora estou preocupada com Oliveira de Azeméis porque é neste Município que eu vivo e é neste Município e nesta Assembleia para a qual eu fui eleita. Portanto, estou preocupada com o investimento que gera riqueza em Oliveira de Azeméis e quero salientar apenas alguns aspectos, porque penso que as pessoas esquecem-se deles ou tentam abafá-los com grandes parangonas que nós somos os defensores do investimento em Oliveira de Azeméis. Gerar riqueza em Oliveira de Azeméis é produzir crescimento económico em Oliveira de Azeméis, porque o crescimento económico gerado em Oliveira de Azeméis paga impostos directos em Oliveira de Azeméis. Lembro-me, por exemplo, da derrama. Nenhum destes investimentos paga impostos directos em Oliveira de Azeméis, que não seja o IMI, que sempre pagaria independentemente deles, porque tem a ver com a localização dos prédios seja quem for o seu titular. Portanto, é bom que saibamos do que estamos a falar. Quanto à capacidade de gerar emprego, queremos muito em Oliveira de Azeméis, queremos atrair investimento industrial em Oliveira de Azeméis, queremos criar postos de trabalho em Oliveira de Azeméis. Não queremos que Oliveira de Azeméis sirva apenas para alimentar alguns postos de trabalho temporários, que dão dinheiro a ganhar a empresas de trabalho temporário, onde estas grandes superfícies vão recrutar grande parte do pessoal que depois lá absorvem. Não tenho nada contra grandes superfícies, mas já agora era bom que se pensasse quais foram as grandes superfícies, eu diria as médias superfícies, que até hoje*

*quiseram instalar-se em Oliveira de Azeméis. Porquê? Porque isso diz muito do desenvolvimento do nosso concelho. E há estudos que caracterizam cada uma destas médias superfícies. E então eu avanço já para quem não as conhece. Em todos os casos são médias superfícies quer pela sua tipologia, quer pela sua categoria, quer pelos seus exploradores, quer pelas áreas construídas para área de comércio, que são típicas de zonas suburbanas muito pouco desenvolvidas. Era só este esclarecimento que queria deixar, Senhor Presidente. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Isidro Figueiredo, do PSD. =====*

*===== É só para esclarecer que eu não tenho de ter o conhecimento de todos os dossiers, como é óbvio. Não creio que o PS também os conheça todos, mas já agora que aqui foi falado que havia oito superfícies para se instalar em Oliveira de Azeméis, eu gostava de lhe dizer apenas, que só estão duas licenciadas. Estamos a falar de apenas duas licenciadas. Portanto, quanto ao resto e só para não alongar muito mais esta discussão, quanto ao resto não vale a pena nós estarmos aqui a discutir visões diferentes. Eu expressei a minha visão, o PS ficou muito incomodado, mas eu lamento muito, é a minha visão, como tenho que respeitar a visão diferente das outras representações na Assembleia Municipal. Quanto às questões de princípio, nós continuaremos a defendê-las à nossa maneira, na nossa estratégia e na nossa visão para o desenvolvimento de Oliveira de Azeméis, sendo certo que eu não reduzi o desenvolvimento de Oliveira de Azeméis apenas a esta questão, mas foi esta que nos trouxe hoje em termos de discussão. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== Senhor Presidente, eu também lhe queria dar uma nota, peço desculpa, já na sequência das intervenções que foram feitas e numa resposta que o Senhor deu e já que estamos na última parte do Período de Antes da Ordem do Dia, eu ia-lhe fazer a seguinte sugestão: relativamente às explicações que foram dadas sobre o Hospital de Oliveira de Azeméis, deixe-me dizer que eu fiquei preocupado, e por isso mesmo eu julgo que seria importante solicitar de novo uma audiência ao Senhor Ministro da Saúde. Essa audiência nunca foi dada, porque o Senhor Ministro deslocou-se simpaticamente a Oliveira de Azeméis, mas talvez reanimarmos aquela Comissão da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, para solicitar uma audiência ao Senhor Ministro da Saúde, porque era bom que esta situação ficasse de uma vez por todas esclarecida. Repare, na última Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Câmara deu-nos aqui um conjunto de informações significativas, a Senhora Deputada Helena Terra transmitiu-nos outras informações, que me deixaram a mim satisfeito e julgo que são daquelas informações que gostamos todos de receber. Por isso mesmo, é um assunto muito sério e eu acho que valia a pena novamente Senhor Presidente, solicitar essa audiência ao Senhor Ministro da Saúde. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====*

*===== Irei tomar as “démarches” necessárias para que isso aconteça o mais breve possível. Eu vou ser rápido Senhor Presidente da Assembleia. Começando por responder à Senhora Dra. Deputada da Nação, relativamente às obras estruturantes que estão já prometidas*



*há décadas e que agora estão com atrasos. Eu fico muito satisfeito, porque efectivamente estamos a fazer obras que há décadas não se faziam ou há mais de vinte anos, com alguns atrasos mas estão-se a fazer essas obras. Queria-lhe dizer outra coisa: aquilo que foi afirmado em determinada altura sobre o término da obra e sobre a calendarização da obra, foi feita à frente de Vereadores da Câmara Municipal e feita à frente de jornalistas, e também partilhada e informada pelos Técnicos da Empresa que estava a construir. Claro que algumas coisas se passaram e que originaram o atraso que hoje se verifica. Também disse uma coisa que me desagradou muito, não há jogos florais com os 25%. Não disse jogos florais mais deu a entender, e se a Senhora Deputada quiser meta um requerimento à Câmara ou faça uma denúncia ao IGAT, que tudo será analisado. Nisso estamos perfeitamente à vontade. Já não concordo muito com a sua opinião relativamente às salas de cinema. As salas de cinemas fecharam, porque tinham de fechar e porque não davam dinheiro agora. Não tem nada a ver com o Largo do Gemini. Há que tempos está aquela zona do Largo do Gemini acabada? Aqueles Cafés tiveram crise? Eu não vi as esplanadas? E não vi sempre as esplanadas totalmente cheias? Vi sempre, e as obras a andar. Bom, mas isso é uma questão dos proprietários e eu não tenho nada a ver com isso. Quero-lhe garantir uma coisa Senhora Deputada, o Largo do Gemini quando terminar, vou-lhe mandar um postal para a convidar para a inauguração. Quando o Largo do Gemini terminar, quinze dias ou um mês de espaço até à inauguração, eu vou-lhe mandar um convite. Sabe que na biblioteca eu não posso mandar, não posso mandar porque ainda hoje falei com o Director do IPLB e ele também não sabe quando é que me vai mandar o dinheiro. O IPLB está a dever dinheiro das obras de construção e de todo o material que já se adquiriu de fundos documentais, de mobiliário, de material informático. Está tudo aprovado, mas ainda não veio dinheiro e a gente já está a disponibilizar dinheiro. Portanto, não lhe posso dar a data de inauguração da biblioteca, com muita pena. Só quero deixar uma nota, se a Senhora Deputada souber aqui à volta que tempo demoraram a abrir algumas bibliotecas, a Senhora vai mudar de ideia e não quer que uma biblioteca como em Oliveira de Azeméis, que abra uma biblioteca devidamente equipada ao fim de um ano ou de meio ano depois da construção. Ovar não tem nada como uma BM3, é muito mais pequena do que a nossa, até Vale de Cambra demorou mais do que isso e é uma BM2. Só para terminar, queria-lhe dizer que não discuto aqui na Assembleia questões em que sou o responsável pela gestão de pessoal. Eu sou o responsável e portanto não vou estar aqui a discutir, nem era assunto da Senhora trazer aqui. É um assunto que nem devia trazer aqui, porque é um assunto de gestão de pessoal que diz respeito à Câmara Municipal e ao responsável da Câmara Municipal pelo pessoal. Senhor Godinho, quero-lhe dizer rapidamente que logo que o tempo permita nós vamos começar a meter alcatrão e betuminoso. Os terrenos que ouviu falar que já não eram, ainda não está nada decidido. Para decidir isso, é preciso primeiro decidir onde é que vai passar a Estrada Regional 327. Quando isso estiver tudo decidido, temos de arranjar alternativa, e se for Santiago será Santiago, se não for Santiago será noutra qualquer. Relativamente ao saneamento, vamos arrancar com o saneamento também agora. Estamos em Cucujães, na parte de Fermil, e logo que acabe vamos resolver alguns problemas de Santiago que também são urgentes. Penso que respondi a tudo Senhor Presidente. =====*

*===== Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes Da Ordem Do Dia”. =====*

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para a discussão deste primeiro ponto, não se registando pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia Municipal tomou conhecimento da referida informação.* =====

===== **Ponto dois:** *Constituição e Funcionamento de Equipa de Sapadores Florestais – Protocolo de colaboração – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta os considerandos constantes da minuta do protocolo, propõe-se: a aprovação do protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, tendo como objecto a constituição e funcionamento de uma equipa de sapadores florestais, ao abrigo do Decreto-Lei nº 179/99, de 21 de Maio, na actual redacção do Decreto-Lei nº 38/2006, de 20 de Fevereiro e do estabelecido na alínea a) nº6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Que seja a mesma remetida à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) do nº2 do artigo 53º do diploma atrás referido.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O protocolo está nos documentos, há algumas alterações relativamente à Legislação em vigor e valores que também baixaram, o resto mantém-se tudo.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dois à votação, sendo autorizada por unanimidade a celebração do referido protocolo.* =====

===== **Ponto três:** *Instituto Geográfico Português – Protocolo de cooperação – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta os considerandos incluídos no documento anexo, propõe-se: a ratificação do protocolo de cooperação com o Instituto Geográfico Português, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, tendo como objecto a homologação da cartografia à escala 1: 1000 e 1: 2000 e ortofotocartografia à escala 1:2000, produzidos pelo Município, nos termos e ao abrigo do estabelecido na alínea a) nº6 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção*

da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. Que seja a mesma remetida à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) do nº2 do artigo 53º do diploma atrás referido.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É o protocolo que nós temos com o Instituto, para eles também poderem utilizar as nossas cartas. Como eles colaboraram connosco e homologaram toda a cartografia, é para eles poderem utilizar as nossas cartas em qualquer altura. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, sendo autorizada por unanimidade a celebração do referido protocolo. =====

===== **Ponto quatro:** Região Metropolitana da Baixada Santista e Associação de Municípios das Terras de Santa Maria – Protocolo de cooperação – Autorização/ Ratificação. =

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta a informação da Chefe de Divisão da DAG, propõe-se: a ratificação do “Protocolo de Cooperação, Integração e Complementação Económica, Turística, Industrial, Comercial, de Serviços, bem como Cultural e Científica entre os Municípios integrantes da respectiva Região Metropolitana da Baixada Santista e da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria”, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, tendo como objectivo o intercâmbio de experiências em políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento das regiões, em cumprimento do estabelecido no artigo 29º da Lei nº 11/ 2003 de 13 de Maio. Que nos termos do disposto na alínea a) do nº6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro seja o mesmo remetido à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) do nº 2 do artigo 53º do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto iniciou-se já há bastantes anos, através do Município de Arouca, em que propuseram-lhe a geminação e eles acabaram por trazer esta proposta para Terras de Santa Maria, face à dimensão da Região Metropolitana da Baixada Santista. As Terras de Santa Maria interessaram-se e o trabalho foi desenvolvido ao longo destes anos. Esta é a proposta de protocolo que nós disponibilizamos aqui para ser aprovada e todos os outros Municípios também nas suas Assembleias. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, sendo autorizado/ ratificado por unanimidade o referido protocolo. =====

===== **Ponto cinco:** Universidade Júnior de Verão – Protocolo de colaboração – Autorização. =====

=====  
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando o interesse demonstrado pelos jovens na participação na Universidade Júnior de verão no ano passado, propõe-se: ao abrigo da alínea b) do nº4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a minuta do protocolo de colaboração a celebrar com a Universidade do Porto, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, visando a possibilidade de integração dos jovens na Universidade Júnior de Verão, remetendo-os para aprovação da Assembleia Municipal em cumprimento do determinado na alínea m) nº2 do artigo 53º do diploma atrás referido.”* =====

=====  
 ===== *O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para iniciar a discussão deste ponto e prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

=====  
 ===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins.* =====

=====  
 ===== *Este é um protocolo estabelecido com a Universidade do Porto, no sentido de proporcionar aos nossos jovens das escolas básicas, sobretudo secundárias, um período de Verão em que convivem com a realidade universitária, para se adaptarem e conhecerem melhor essa realidade. É uma espécie de férias não desportivas, mas do conhecimento da nova realidade que vão ter pela frente. À Câmara Municipal é pedida uma colaboração que vai ser dada em termos de transporte desses jovens.* =====

=====  
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====  
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, sendo autorizada por unanimidade a celebração do referido protocolo.* =====

=====  
 ===== **Ponto seis:** *GS Fitness– Ginásio, Lda. e Escola de Dança Ana Luísa Mendonça – Protocolos de colaboração – Autorização.* =====

=====  
 ===== *Pela Câmara Municipal, foram presentes as minutas dos protocolos de colaboração a celebrar com o GS Fitness- - Ginásio, Lda. e Escola de Dança de Ana Luísa Mendonça, ambas com sede neste cidade, documentos este que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas, os quais têm como objecto a colaboração entre os contraentes, visando a animação com sessões de ginástica em espaços públicos ou outros que vierem a ser definidos, de acordo com o plano a apresentar pelos mesmos.* =====

=====  
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

=====  
 ===== *É um protocolo de parceria para que a escola de dança possa participar em vários locais da cidade e animar a cidade também. A Câmara dá-lhes algumas contrapartidas, principalmente em taxas de publicidade e garantir-lhes alguns espaços de publicidades. É isto que pretendem, e inclusive já fazem esta animação sem nenhuma contrapartida. É mais do que justo que façamos estes protocolos com elas para que as coisas sejam legais.* =====

=====  
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====  
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, sendo autorizadas por unanimidade a celebração dos referidos protocolos.* =====

=====  
 ===== **Ponto sete:** *Reordenamento dos lugares de estacionamento – Entrada/ Saída de Utentes do Hotel Dighton – Aprovação.* =====

=====  
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta que: Será necessário dotar a Rua Dr. Albino dos Reis de um local de estacionamento / paragem de Autocarros para entrada / saída de utentes do Hotel Dighton; propõe-se: Que se coloque sinalização adequada na referida via, nomeadamente: um sinal vertical C16 (Paragem e estacionamento proibidos) com painel adicional mencionando ”Excepto Bus Hotel”.* =====

=====  
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====  
 ===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares.* =====

=====  
 ===== *Foi um pedido do Hotel Dighton que tem certos clubes e certas empresas que vêm de autocarro e que necessitam de lugar de estacionamento em frente ao Hotel. Nós decidimos propor que fosse aprovado um lugar de estacionamento para autocarros para o Hotel Dighton, que é ao lado daquele quiosque.* =====

=====  
 ===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor José Ramos, do PS.* =====

=====  
 ===== *O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor José Ramos, que interveio da seguinte forma:* =====

=====  
 ===== *Sendo certo que estes lugares situados na Rua Dr. Albino dos Reis, no lado direito do sentido do tráfego para efeitos de entrada e saída de utentes para o hotel Dighton e para o aparcamento de autocarros, são uma concessão que a nosso ver é justa e que visa fomentar e disciplinar o estacionamento na zona, votaremos favoravelmente a proposta apresentada. No entanto, gostaria de saber, uma vez que no lado oposto da rua estão patentes mais 3 lugares reservados para o Hotel Dighton, se estes lugares são ao abrigo do Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e Utilização Onerosa e se foi liquidada a respectiva licença. Isto é, ou se aqueles sinais ali estão são para mais tarde conceder gratuitamente ao hotel. É essa a razão e é essa a pergunta que eu formalizo.* =====

=====  
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos.* =====

=====  
 ===== *Os outros lugares de estacionamento, o Hotel Dighton fez o pedido de estacionamento privativo e já liquidou o valor do estacionamento.* =====

=====  
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto oito:** Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra – Pedido de dois lugares de estacionamento e isenção de pagamento de taxa – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta que: O pedido de isenção de pagamento de dois lugares de estacionamento dentro da ZEDLUO por parte da ACCOAVC (Associação Comercial), propõe-se: Que se atribua um lugar de estacionamento com isenção de pagamento à Associação Comercial na Av. César Pinho. Que se coloque sinalização vertical adequada, nomeadamente o sinal H1a com a indicação ”Privativo ACCOAVC” - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 1 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para iniciar a discussão deste ponto e prestar esclarecimentos à Assembleia. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares. =====

===== Foi um pedido formalizado pela Associação Comercial de um lugar de estacionamento privativo com isenção de pagamento de taxa. De dois lugares, mas nós temos atribuído agora nesta fase inicial um lugar de estacionamento privativo a todas as associações sem fins lucrativos, com isenção de taxa. Depois se houver necessidade ou oportunidade de se conceder outros lugares a algumas associações específicas, depois veremos. Para já temos atribuído só um lugar a cada associação, e é possível isentar. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Helder Simões. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====

===== Senhor Presidente, se me permitisse e como vamos agora ter um pacote de lugares de estacionamento, eu se calhar falava aqui neste ponto de uma série deles, para não estar a repetir a seguir as intervenções, porque de grosso modo algumas podem ser repetitivas. Em 29 de Dezembro de 2004 foi aprovado um Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e Onerosa da Cidade, que possibilitou a entrada em funcionamento dos parquímetros. Nesse Regulamento está explícito no art.º 7º n.º 4 que pode a Câmara Municipal definir lugares para utilização de determinadas entidades incluindo comerciantes. Até aqui tudo bem, mas refere que os mesmos são concedidos anualmente mediante o pagamento da referida taxa, aprovada pelo PSD e que era à data de 1400 € e que mais tarde foi rectificada para 900 €/ano. Nas duas alterações ao mesmo Regulamento efectuadas desde essa data e que constam do Boletim Municipal n.º 20 e n.º 23, não consta qualquer alteração a esta disposição. Nós, Partido Socialista, entendemos o alcance desta proposta, tanto mais no que se refere à Associação Comercial e à FAMOA, cremos no passado já terão usufruído desta pretensão, bem como muitas outras colectividades. A questão é que agora somos confrontados com um contrato celebrado entre a Câmara e a Costaparques, Lda. que assumiu a posição contratual da Soares da Costa e que menciona claramente no ponto 11 que, passo a citar “Das situações e condicionalismos de estacionamento resultantes do Regulamento Municipal ou da alteração do

*número de lugares, será compensada a concessionária por mútuo acordo”. Estará o Sr. Presidente em condições de garantir que a empresa está disposta a abdicar desta receita em prol destas e doutras colectividades em situações idênticas? Cremos que não, tanto mais que a carta da empresa Soares da Costa, datada de 13 de Dezembro de 2005 e dirigida ao Sr. Presidente, refere claramente que a proposta da Soares da Costa então apresentada teve como pressuposto a aplicação de todas as taxas incluídas no Anexo II. Assim, para além das taxas de estacionamento, foram também consideradas como receita da Soares da Costa o resultado da aplicação das taxas referentes à emissão, renovação, segunda via ou substituição do Cartão de Residente, ou o desbloqueamento e depósito de viaturas ou ainda a taxa devida por ocupação de lugares que passem a ser reservados para utilização de determinadas entidades, incluindo comerciantes. Postos todos estes considerandos, estamos conscientes e cientes que a autarquia não pode levar por diante esta proposta sem ter que indemnizar a Soares da Costa e com isso prejudicar todos os Oliveirenses. Sugerimos por isso que a Câmara Municipal, nos casos em que entenda facultar lugares de estacionamento, nomeadamente a colectividades sem fins lucrativos, o faça reservando para o efeito lugares no Parque de Estacionamento do Município. Volto a referir que nada, absolutamente nada nos move contra a pretensão destas instituições bem como da FAMOA que apresenta reivindicação idêntica, mas apenas estamos a defender os interesses de todos os Oliveirenses, apresentando uma proposta alternativa que pode ajudar a resolver o problema concreto. Isto porque há aqui várias situações de estacionamento a seguir, e estas duas em concreto, estamos a falar de duas situações que estão ao abrigo dos parquímetros, da zona de estacionamento da ZEDLUO. Há aqui outras que não estão abrangidos com isso. Este ponto oito relativamente à Associação Comercial, e ponto dez relativamente à FAMOA, estamos em crer que a Câmara pode isentar, mas vai ter que compensar a Soares da Costa. Se tiver que compensar nestes casos, poderá ter que compensar noutros casos a seguir de outras colectividades que pretendam o mesmo, e depois também será justo. Há aqui outras situações, nomeadamente de pedidos de lugares de estacionamento para deficientes que não temos qualquer objecção a que os mesmos sejam solicitados. Temos aqui uma proposta alternativa também a fazer, no que diz respeito ao ponto catorze, que é a criação de estacionamento privativo para a Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. Percebemos o alcance da medida, mas gostaríamos que ficasse patente, dado que a proposta é ao abrigo das obras que neste momento decorrem na zona, e que ficaram sem os lugares de estacionamento dentro das próprias instalações, que este estacionamento também fosse concedido temporariamente até ao fim das referidas obras, para que não fiquemos a seguir com o estacionamento que existe agora e o estacionamento anterior afecto à Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. Concretamente na questão do ponto número oito e do ponto número dez, que nos explicasse quais são efectivamente as condicionantes, porque da análise toda que fizemos aos documentos a Câmara terá de indemnizar a Soares da Costa ou então encontrar algum acordo, que será sempre prejudicial, como disse à bocado o Dr. Isidro Figueiredo, estas empresas vêm cá ganhar lucro e a Câmara concessionou o espaço e obviamente que eles não estarão dispostos a abdicar do seu lucro. Obrigado. =====*

*===== Esta intervenção estendeu-se a outros pontos da Ordem de Trabalhos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Relativamente aos esclarecimentos solicitados, eu queria dizer o seguinte: nós acordamos com a Soares da Costa, e além disso resulta do próprio Regulamento, a faculdade e*

*o poder que a Câmara Municipal tem de criar lugares e locais de estacionamento gratuito da forma que entender, porque a Câmara é que gere o domínio público em Oliveira de Azeméis e decide sobre o domínio público em Oliveira de Azeméis. Portanto, não há qualquer direito indemnizatório, nem a Soares da Costa nunca chegou a colocar as questões nesses termos. Uma vez que nunca colocaram, nem há indemnizações, nem nada disso, e penso que é uma questão que não faz sentido. Se algum dia tivesse sido sugerido ou a Soares da Costa tivesse exercido ou quisesse exercer algum direito nesse sentido depois veríamos, mas neste momento nunca foi colocada essa questão. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente o uso da palavra ao Senhor Helder Simões. =====*

*===== Senhor Presidente e Senhor Vereador, eu não sou jurista, nem tenho essa pretensão, mas ainda sei ler. Isto é o contrato, não é nenhum documento, isto é o contrato entre a Câmara e a Costa Parques “das situações e condicionalismos de estacionamento resultantes do Regulamento Municipal ou de alteração do número de lugares, estas cedências pressupõem a diminuição do número de lugares parqueados, que será compensada a concessionária por mútuo acordo”. O que é que a Soares da Costa quer dizer com isto? O mútuo acordo é gratuito? Pode ser, mas é gratuito em quantos lugares? Para quantas colectividades? Para estas duas? Para todas as que vierem a seguir? Para as mais quinze colectividades de utilidade pública que possam estar no concelho de Oliveira de Azeméis? A Associação de Patinagem do Distrito de Aveiro? A Associação de Cicloturismo? A Associação de Educação de Adultos? Vão todas ter direito se requererem? Quantas é que vão ter direito? É isso que está aqui em causa, é que abrimos um precedente e a seguir a Soares da Costa até pode dizer “estes dois nós damos de barato e oferecemos à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis”. E os outros? Vamos criar aqui situações de disparidade e é esse o problema, não é o problema destes dois em concreto, eu não tenho rigorosamente nada contra isto. Isto é o contrato da Soares da Costa e eu gostava que me dissesse o que é que isto quer dizer, porque antes deste contrato da Soares da Costa Senhor Presidente, acta final da análise, isto foi documento da Assembleia Municipal, um dos documentos carta da Soares da Costa à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis em 13 de Dezembro, está aqui clarinho, “aproveitamos para clarificar que a nossa proposta teve como pressuposto a aplicação de todas as taxas”. Depois enumera as taxas todas, e depois “ou ainda a taxa devida pela ocupação de lugares que passem a ser reservados para utilização de determinadas entidades”. Nós estamos plenamente de acordo que a Câmara pode reservar, está clarinho no Regulamento. Agora, em nenhum momento no Regulamento diz que são x lugares gratuitos. Está explícito que são aqueles lugares de estacionamento, mas a Câmara vai ter que abdicar de 60% da receita, pode abdicar dos seus 40%, mas 60% da receita que era da Soares da Costa não pode abdicar. E eles a seguir, o Senhor Presidente sabe tão bem como eu, que estas empresas não criam alarido nenhum, mas no dia a seguir por violação do contrato vão pedir indemnizações à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS, que solicitou o uso da palavra. =====*

*===== Acabei de ouvir uma coisa que só não fez levantar nenhum morto, porque os mortos não ouvem, senão eles todos tinham saído da “tumba”. É assim, primeiro, é evidente que é a Câmara que tem a gestão do seu domínio público, mais ainda se não tiver cedido essa gestão a ninguém, o que não é o caso. Ora bom, nós não queremos aqui levantar nenhum problema*



*aonde ele não existe, o que nós queremos e pretendemos, porque estamos numa fase em que ainda o podemos fazer, é prevenir um problema que pode vir a existir. É só esse o nosso intuito. Agora, não digamos barbaridades daquelas que fazem cair a casa. A Câmara sobre o aquilo que cedeu a gestão deixou de a ter como é óbvio. Perguntas concretas para que eu possa ficar esclarecida. Primeiro, foi questionada sobre isto a concessionária deste espaço público? Segunda, a concessionária deste espaço público deu a sua autorização à priori ou à posteriori? Como é que estamos, temos ou não acordo da concessionária? É porque se já o tivermos nós até podemos fazer isto, é uma questão de opinião se queremos fazer ou não queremos, independentemente de tudo aquilo que virá a seguir, mas isso é outra história. Estas são as duas ou três perguntas concretas que eu deixo ficar. Agora, não se diga nunca mais é que a Câmara Municipal tem a gestão do domínio público daquele espaço que já cedeu essa gestão, pelo menos pelo período em que isto vigorar. É só. Obrigada. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Eu já tinha dito que tínhamos chegado a acordo. Quanto à questão de dizer “nunca mais se diga”, desculpe mas eu posso dizer o que entender. Eu comprometo-me a quando a Soares da Costa questionar, ou propor qualquer alteração, ou vir pedir um direito de indemnização, a pedir uma Assembleia Municipal Extraordinária, para virmos aqui falar sobre esse assunto. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, sendo aprovada por maioria, com catorze votos contra e duas abstenções, a proposta apresentada. =====*

*===== O Partido Socialista apresentou a seguinte declaração de voto: “Considerando que: - Para o Partido Socialista a atribuição destes lugares de estacionamento reservado não poderão ser efectuados sem que a concessionária do espaço seja indemnizada; - O Vereador responsável pelo pelouro assumiu a existência de um acordo entre a empresa e a Câmara Municipal que não é do conhecimento geral dos Vereadores e Membros da Assembleia Municipal; Entendemos não estarem reunidas as condições para votarmos favoravelmente estes pontos pois estamos cientes que a autarquia não pode levar por diante esta proposta sem ter que indemnizar a Soares da Costa e com isso prejudicar todos os Oliveirenses. Sugerimos por isso que a Câmara Municipal, nos casos em que entenda facultar lugares de estacionamento, nomeadamente a colectividades sem fins lucrativos, o faça reservando para o efeito lugares no Parque de Estacionamento do Município”. =====*

*===== **Ponto nove:** Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – Pedido de lugar de estacionamento – Aprovação. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. O pedido por parte da APPACDM de um lugar de estacionamento reservado a deficiente, propõe-se: Que se proceda à marcação de um lugar de estacionamento reservado a deficiente na Rua Dr. Leopoldo Soares dos Reis entre o Gabinete de Radiologia e a Policlínica. Que se coloque sinalização vertical adequada, nomeadamente o sinal H1a com o dístico de deficiente. Que se proceda à marcação horizontal de todos os lugares de estacionamento na baía do*

*arruamento em causa. - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 1 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dez:** *Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA) – Atribuição de lugar de estacionamento privativo – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta que: 1. A FAMOA é uma Federação sem fins lucrativos e diz respeito a uma Instituição de Utilidade Pública que diariamente trata de assuntos relacionados com o Associativismo Municipal e com o Associativismo a nível de quase todo o Centro do País, propõe-se: a) Que se crie um lugar de estacionamento privativo na rua onde a Federação tem a sua sede social – Rua Salvador Tavares Machado.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, sendo aprovada por maioria, com catorze votos contra e duas abstenções, a proposta apresentada.* =====

===== *O Partido Socialista apresentou a seguinte declaração de voto: “Considerando que: - Para o Partido Socialista a atribuição destes lugares de estacionamento reservado não poderão ser efectuados sem que a concessionária do espaço seja indemnizada; - O Vereador responsável pelo pelouro assumiu a existência de um acordo entre a empresa e a Câmara Municipal que não é do conhecimento geral dos Vereadores e Membros da Assembleia Municipal; Entendemos não estarem reunidas as condições para votarmos favoravelmente estes pontos pois estamos cientes que a autarquia não pode levar por diante esta proposta sem ter que indemnizar a Soares da Costa e com isso prejudicar todos os Oliveirenses. Sugerimos por isso que a Câmara Municipal, nos casos em que entenda facultar lugares de estacionamento, nomeadamente a colectividades sem fins lucrativos, o faça reservando para o efeito lugares no Parque de Estacionamento do Município”.* =====

===== **Ponto onze:** *Criação de dois lugares de estacionamento para a Freguesia de Cucujães - Caixa Geral de Depósitos e Farmácia Bessa – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta que: 1. A necessidade de criação de dois lugares de estacionamento privativo para a Caixa Geral de Depósitos e para a Farmácia Bessa na freguesia de Cucujães; 2. Propõe-se: a) Que se coloquem dois sinais verticais H1a (Parque Autorizado) e placas adicionais com os respectivos nomes das entidades inscritos. - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 1 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto.”* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares.* =====

===== *Isto vem sequência de um pedido da Junta, que foi aprovado em Assembleia de Freguesia, e não vemos inconveniente em aprovar estes dois lugares.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto doze:** *Criação de estacionamento privativo destinado a deficiente dentro da ZEDLUO – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: A solicitação de isenção de pagamento da respectiva taxa de lugar privativo destinado ao munícipe José Orlando Silva apresentando elevado grau de deficiência motora. Propõe-se: que se coloque um sinal vertical H1a (Parque Autorizado) e placa adicional com a respectiva matrícula no primeiro lugar de estacionamento da Rua Doutor Manuel Arriaga. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 1 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto treze:** *Sinalização vertical junto ao Largo da República – Oliveira de Azeméis – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: A pedonização no centro da cidade e a carência de sinalização para disciplinar o trânsito para quem circula na Rua Bento Carqueja para cargas / descargas. Propõe-se: a) Que se coloque um sinal vertical C11a (Proibição de virar à direita) na Rua do Emigrante, para impedir que veículos entrem em contra-mão na Rua Bento Carqueja. b) Que se coloque um sinal vertical D1a (Sentido obrigatório) no cruzamento da Rua Bento Carqueja com a Av. Dr. Albino dos Reis. c) Que se coloque um sinal C1 (Sentido Proibido) na Rua do Emigrante. - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 1 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto.”* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares.* =====

===== *Quando foi colocada a sinalização nas Ruas Bento Carqueja e António Alegria, verificou-se que haviam algumas correcções a fazer e que haviam viaturas que ao subir a Rua*

do Emigrante, viravam à direita na Praça do Município e iam em contra-mão na Rua Bento Carqueja, e outros que vinham da Rua Bento Carqueja e cortavam à esquerda na Rua do Emigrante. Para corrigir essas pequenas situações, decidiu-se colocar esta sinalização que consta da proposta. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto catorze:** Criação de estacionamento privativo para a Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta que: A necessidade de criação de lugares de estacionamento privativo destinados à Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis; Propõe-se: a) Que se coloquem dois sinais verticais H1a (Parque Autorizado) e placas adicionais com o respectivo nome da Junta de Freguesia de modo a delimitar a baía de estacionamento junto ao edifício da Junta. - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 1 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto.” =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares. =====

===== São dois pedidos e já aqui foi falado. Eu não me oponho à limitação que foi sugerida, no sentido de quando terminarem as obras da Ludoteca, pois à partida não haverá mais problemas. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Ramiro Rosa. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ramiro Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

===== Eu acho que aqui há um equívoco muito grande em relação a isto, porque nós pedimos efectivamente lugares para a Junta de Freguesia, porque a Junta de Freguesia nunca teve lugares cativos. Atenção: a Junta de Freguesia nunca teve lugares cativos. As obras não nos tiraram lugares. Se perceberem, nós fizemos recentemente obras na Junta de Freguesia, em que foi feita uma rampa para deficientes e foi colocado um passeio em frente à porta da Junta de Freguesia. O que se verifica? Nós como não temos lugares privativos para nós, nem para os funcionários, nem para quem lá se desloca, eu tomei a liberdade de pedir à Câmara aquela baía que está do nosso lado esquerdo na rua, para lugares nossos. Quem quiser perder dois ou três minutos, vai à Junta de Freguesia e verifica que esse dito degrau em alguns sítios já não é degrau completo. Eu ando a debater-me por isto, porque é para proibir o estacionamento em cima dos passeios em frente à nossa Junta de Freguesia. Infelizmente quando aquelas obras

*foram feitas, fizeram uma rua a dividi-las que não passa um carro com outro. Como tal, eu pretendia como Presidente da Junta de Freguesia ter um lugar a qualquer momento que necessitasse de ir à Junta. O nosso pedido vem nesse sentido e não no sentido que o Helder Simões especificou aqui, se eram definitivos ou eram temporários. A nossa intenção é que sejam definitivos e não temporários. Muito obrigado. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia. =====*

*===== O Senhor Presidente da Junta tem razão. Nós também não dissemos, também temos medo dos prazos e começavam já amanhã a perguntar se a reabilitação ou requalificação do Largo da Feira dos Onze já está pronto amanhã, mas nós estamos a fazer um projecto de reabilitação da Feira dos Onze, portanto não vai poder entrar lá mais carros. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS, que solicitou a palavra. =====*

*===== Senhor Ramiro, eu compreendo tudo aquilo que disse e a aspiração de ter um lugar privativo para quando quiser ir à Junta. Pode tê-lo à vontade, não tem qualquer tipo de problema. Agora, a questão e eu cingi-me na minha análise ao seu ofício que diz “Em virtude das obras que brevemente vão ser iniciadas na Biblioteca Gulbenkian e devido aos condicionalismos que as mesmas vão impor ao nível do estacionamento automóvel na Feira dos Onze, solicitamos...”. É isto que dá a entender, tanto é que o Dr. Ricardo Tavares também cedeu, se assim fosse, a esta pretensão, porque é isto que dá a entender do seu ofício. Agora, se a pretensão é outra, quando eu fiz a proposta que fiz, foi no pressuposto que o estacionamento era pedido por causa das obras, tanto que este pedido já é datado de 29 de Setembro, e as obras terminariam no final do ano, conforme estão calendarizadas. A nossa análise é com base nos documentos e não é com base em pressupostos que nós não temos, e é por isso que nós temos as propostas que temos. Obrigado. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto quinze:** Criação de lugares de estacionamento junto ao Gabinete de Radiologia de Azeméis – Aprovação. =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: A solicitação de lugares de estacionamento em frente ao Gabinete de Radiologia de Azeméis para facilitar o trabalho com ambulâncias. Propõe-se: Que se coloque um sinal vertical C15 (Estacionamento Proibido) e placa adicional, mencionando ”Excepto entrada / saída Utentes GRA”, ocupando um lugar para ambulâncias. Que se proceda à marcação horizontal dos lugares de estacionamento em toda a extensão da baía existente na via em causa - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 1 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto.” =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====*

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares.* =====

===== *É um lugar de estacionamento proibido, excepto entrada e saída de doentes, para permitir uma maior fluidez nos utentes que têm que se dirigir ao Gabinete de Radiologia. Criando-se lugar de estacionamento depois haveriam pessoas que iam para lá e ficar horas e horas. Este problema já se verificou noutras ruas da cidade e foi resolvido com a colocação desta sinalização.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Limitação de tráfego pesado no centro da cidade de Oliveira de Azeméis – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: A necessidade de limitar o tráfego de veículos pesados e desviar o tráfego de passagem, libertando o centro da cidade de forma a fomentar uma maior segurança na convivência e partilha de espaço entre peão e automóvel; Propõe-se: Orientar o tráfego pesado a circular numa área exterior à zona do centro, mantendo, no entanto, o acesso à Zona Industrial a norte da cidade, e a outras empresas mais próximas do centro, como a ”Proleite”; a ”Azevedo e Campos” e outros que não dispensem a necessidade de receber esse tipo de veículos. Colocar sinalização adequada na IC2 para orientar o tráfego pesado a entrar em ”Oliveira de Azeméis norte”; assim como na antiga EN1, fazendo-os aceder à cidade por Travanca. Colocar sinais verticais C3d (Transito Proibido a automóveis de mercadorias de peso total superior a 3,5 toneladas) conforme localização em planta (P1), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 1 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto.”* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares.* =====

===== *Isto vem numa estratégia de alteração dos sentidos de trânsito no centro da cidade de Oliveira de Azeméis, onde também pretende-se evitar ao máximo a circulação das viaturas pesadas no centro da cidade. Eu não sei se consta da planta que foi junta, onde é que vão ser colocados os sinais de proibição das viaturas pesadas. Em reunião de Câmara foi aprovado uma limitação, penso eu que aprovada por unanimidade, no sentido de não permitir que as viaturas pesadas que viessem do nordeste não tivessem que passar junto à Escola Secundária Ferreira de Castro, mas tivessem que ir apanhar a estrada obrigatoriamente entre S. João e Vale de Cambra, para depois querendo aceder a Oliveira de Azeméis virem pela IC2, na entrada norte ou entrada sul. Consta da planta onde é que vai ser feita a limitação de tráfego.* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezassete:** Feira de S. Miguel – Eficácia retroactiva das taxas de ocupação ocasional – Aprovação/ Ratificação. =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1) A aprovação do valor de taxa de ocupação mensal no montante de 0,25 €/m<sup>2</sup>, para os feirantes que pretendam exercer a sua actividade, na feira de S. Miguel, na reunião do Órgão - Câmara Municipal, de 02/01/07; 2) Que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara, estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais; 3) Que as taxas da autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo respectivo (art. 8.º n.º 1 da lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro); 4) De acordo com a tabela de taxas anexa ao regulamento municipal de actividade de comércio a retalho e por grosso em feiras e mercados exercida por feirantes e grossistas, as taxas de ocupação ocasional serão definidas na abertura do procedimento de atribuição de locais de venda; 5) Que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara, estabelecer nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos (art. 53.º n.º 2 alínea e) da Lei n.º 169/99, de 18 de Dezembro e posteriores alterações); 6) O acto administrativo produz efeitos desde a data em que for praticado, salvo nos casos em que a lei ou o próprio acto lhe atribuir eficácia retroactiva (art. 127.º n.º 1 do CPA); Pelo exposto propõe-se: 1) A remessa da presente proposta para aprovação na próxima reunião da Assembleia Municipal; 2) A atribuição da eficácia retroactiva das taxas de ocupação mensal, à data da realização da Feira de S. Miguel de Janeiro de 2007.”

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== É para aprovarmos as taxas da realização da Feira, que já foi realizada e por isso é que vem com a eficácia retroactiva. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Dr. Fernando Pais Ferreira. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Antes de mais e preliminarmente o Partido Socialista não tem qualquer objecção a votar esta proposta, apenas quer chamar a atenção do Executivo para uma situação. O que nós estamos aqui a discutir é exactamente a aplicação retroactiva, embora os efeitos sejam reportados a Janeiro de 2007. Não é um período grande de tempo. Eu queria chamar a atenção do Executivo só para uma situação, independentemente de reconhecermos o mérito da proposta. É que em rigor as taxas, os impostos e outros encargos de natureza fiscal, não podem ter efeitos retroactivos. Apesar de haver aqui um normativo que diz que o acto administrativo produz efeito desde quando o próprio acto lhe reconheça isso, há decisões dos tribunais que em matéria

*exactamente igual a esta diz que em matéria de taxas não pode a Câmara nem a Assembleia propor retroactivamente, porque nesse período de retroacção já estão direitos adquiridos. Nós só queremos deixar aqui um apelo à Câmara Municipal, para que quando surjam situações destas, esta situação seja colocada à Assembleia sob proposta da Câmara, com o devido tempo para que não hajam situações de aplicação retroactiva. Mais nada. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto dezoito:** Contrato de fornecimento de água – Isenção de Taxa na requisição de planta topográfica – Aprovação/ Ratificação. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) Quando os munícipes requisitam o contador de água, é necessário para a manutenção e actualização constante de todo o processo de georeferenciação, a existência de uma planta topográfica com o local devidamente assinalado; 2) Essa planta é necessária para o funcionamento de serviços internos do município (validação da localidade pelos serviços de colocação de contadores e posteriormente pelos técnicos da DOE, regressando o documento ao processo de requisição do contador na SAA); 3) De acordo com o art. 12.º n.º 2 da Lei n.º 2/07, de 15 de Janeiro e art. 53.º n.º 2 alínea e) e 64.º n.º 6 alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Dezembro e posteriores alterações, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios; 4) Em caso de incompetência, o poder de ratificar o acto cabe ao órgão competente para a sua prática, retroagindo esta os seus efeitos à data dos actos a que respeitam (art. 137.º n.º 3 e 4 do CPA), propõe-se: 1) O fornecimento gratuito das plantas topográficas emitidas para este fim (contrato de fornecimento de água); 2) A remessa da presente proposta para aprovação da isenção à próxima sessão da Assembleia Municipal (art. 12.º n.º 2 da Lei n.º 2/07, de 15 de Janeiro e art. 53.º n.º 2 alínea e) e 64.º n.º 6 alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Dezembro e posteriores alterações); 3) A ratificação de todos os actos de isenção praticados no período compreendido entre a aprovação da presente proposta em reunião de Câmara e a aprovação da mesma em sessão da Assembleia Municipal (art. 137.º n.º 3 e 4 do CPA).” =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====*

*===== Conforme a nossa proposta, é para isentarmos a taxa de pagamento da planta no acto da requisição do contrato de fornecimento. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto dezanove:** Suspensão da eficácia dos art.ºs 9.º, 11.º e 50.º, n.º 2 do Regulamento da Publicidade do Município – Aprovação/ Ratificação. =====*



=====  
*Pela Câmara Municipal foi presente a seguinte proposta: “Considerando que: 1) De acordo com o art. 9.º e 11.º do Regulamento da Publicidade do Município de Oliveira de Azeméis, as licenças terão validade máxima de um ano, podendo no entanto, ser emitidas por prazos inferiores, sem prejuízo de renovação por iguais períodos; 2) Os regulamentos podem conter normas com eficácia suspensa, devendo a suspensão ser operada pelos órgãos competentes para a sua revogação (Câmara e Assembleia Municipal); 3) Decorridos 6 meses de aplicação do presente regulamento verifica-se a necessidade de aumentar o prazo de validade das licenças de publicidade no caso específico dos estabelecimentos comerciais e outdoors, dados os constrangimentos administrativos existentes, avessos ao cumprimento do princípio da desburocratização e da eficiência da administração (art. 10.º do CPA e art. 2.º alínea d) do Decreto-lei n.º 135/99, de 22 de Abril); Proponho: 1) A aprovação da suspensão da eficácia dos art. 9.º, 11.º, E 50º n.º2 do regulamento da publicidade do Município de Oliveira de Azeméis na parte relativa à renovação das licenças; 2) Após aprovação pela Câmara Municipal, a remessa da presente proposta para ratificação pela Assembleia Municipal com efeitos retroagidos à data da aprovação em reunião de Câmara.”* =====

=====  
*Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

=====  
*O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares.* =====

=====  
*Esta medida foi tomada como um primeiro passo para alterar o regime do licenciamento da publicidade aqui no Município de Oliveira de Azeméis. No final do ano, fomos surpreendidos com uma Lei, a Lei n.º 53-E/2006, que aprovou o novo Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, que nos levou a suspender algumas alterações que pretendíamos. O objectivo é de futuro, relativamente aos estabelecimentos comerciais do comércio tradicional, permitir que o licenciamento se faça de cinco em cinco anos, o que vai evitar a que haja renovação das licenças de publicidade e isso ao abrigo do princípio da desburocratização e da eficiência da administração, conforme vem referido na proposta. Este foi o primeiro passo: suspender as normas que falam em renovação das licenças. Eu espero na próxima Assembleia Municipal trazer já as alterações completas, relativas ao Regulamento da Publicidade.* =====

=====  
*Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição da Dra. Ana de Jesus.* =====

=====  
*Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedida a palavra à Dra. Ana de Jesus, do PS.* =====

=====  
*Eu não vou fazer nenhuma pergunta, vou fazer um comentário e uma proposta. E um comentário que tem a ver com o facto de achar interessante e relembrar, inclusive tive o cuidado de ir ler a acta dessa Assembleia, que quando nós aprovamos aqui o Regulamento da Publicidade eu vim aqui chamar a atenção o quanto burocrático era o processo de licenciamento e, por consequência, o de renovação. Na altura, o Dr. Ricardo disse-me que eu devia ter aproveitado e ter feito propostas quando estava em discussão pública. Por uma questão até dos trabalhos não serem muito demorados, eu deixei passar em branco esse seu comentário, mas hoje que tenho oportunidade tenho-lhe que responder, porque não ficaria bem*

*na minha consciência não o fazer. Conhece-me e sabe perfeitamente que eu enquanto cidadã, sempre que posso, proponho, faço e intervenho. Se por qualquer motivo, mas é um direito que eu tenho não é um dever, mas por qualquer motivo as coisas me passaram ou eu não tive oportunidade de fazer, quando chego a este momento já não é um direito é um dever, porque eu fui eleita para estar aqui e para vir aqui defender aquilo que eu acho que em consciência será melhor para as pessoas que me elegeram. Portanto, eu achei que na altura era meu dever vir cá e chamar a atenção para isso. E agora até achei engraçado perceber que não evoca aqui essa nova Lei, evoca aqui tão só questões de desburocratização, de congestionamento administrativo, o que acaba por seis meses depois me vir dar razão àquilo que eu chamei à atenção quando fizemos a aprovação. Esse era o primeiro comentário que em consciência teria que o fazer. Mas eu também não sou completamente ingénuo e sei que esta alteração não vem só por uma questão burocrática. Se calhar esta alteração tem muito a ver até com uma coisa que foi muito badalada nos jornais, que tem a ver com alguns Acórdãos do Tribunal Constitucional, que considerou normas destas inconstitucionais. Já não foram os primeiros acórdãos, esta doutrina já existia anos atrás, mas agora vieram com mais evidência considerar estas normas inconstitucionais. Por consequência disso, dizia até os meios de comunicação, que houve Câmaras que suspenderam de imediato a aplicação destas renovações, exactamente por cumprimento a interpretação do Tribunal Constitucional. Mas seja por questões de constitucionalidade, seja por questões de burocracia, eu penso que esta proposta vai ter que se estender também ao Regulamento dos Horários. O princípio é exactamente o mesmo. Não faz qualquer sentido, se não se alterando os pressupostos, não mudando eu o horário do meu estabelecimento, eu anualmente ter que estar a pagar uma taxa à Câmara, para ela me passar exactamente o papel a dizer exactamente a mesma coisa. Portanto, o princípio da desburocratização, da constitucionalidade, aplica-se aos dois regulamentos. Por isso, atendendo a que já pensa na próxima Assembleia vir com a alteração ao Regulamento da Publicidade a proposta que eu deixo é que estenda isso também ao Regulamento dos Horários. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar mais esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====*

*===== A alteração ao Regulamento dos Horários também faz parte da proposta que iremos trazer na próxima Assembleia, mas quero frisar duas questões. Uma, relativamente aos Acórdãos do Tribunal Constitucional, que foram apreciados na sede da fiscalização concreta da constitucionalidade relativo a duas normas do Regulamento de Publicidade de Lisboa, e portanto não é um acórdão com força obrigatória geral e, portanto, não se aplica ao Regulamento da Publicidade de Oliveira de Azeméis. A segunda questão, é que eu não me recordo de nenhuma proposta de licenciamento ou de alterar o licenciamento, conforme propus agora e disse que a Câmara vai propor na próxima Assembleia Municipal, há seis meses atrás. Aliás, o processo de renovação não é nada complicado, o complicado é o processo de licenciamento, como qualquer processo de licenciamento. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, sendo aprovada e ratificada por unanimidade a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto vinte:** Associação de Promoção de Oliveira de Azeméis – Autorização da adesão do Município e aprovação dos estatutos. =====*

=====  
*Presentes para aprovação os Estatutos da Associação referida em epígrafe, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a qual tem como objectivo social a gestão, inovação, modernização e dinamização do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, visando a requalificação e o desenvolvimento da gestão unitária integrada de serviços de interesse comum.*  
=====

=====  
*Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal.*  
=====

=====  
*Foram criadas as Unidades de Acompanhamento e Coordenação, que são as UAC's, que têm como géneses o Despacho n.º 26181/2005, de 29 de Novembro, que prevê a criação de Unidades de Acompanhamento e Coordenação como instrumento de prossecução de melhoria dos índices de competitividade dos Centros Urbanos, bem como da dinamização do comércio e serviços ali localizados. Trata-se de uma medida do PRIME e URBCOM. Reveste-se de uma forma jurídica de uma Associação privada sem fins lucrativos, com participação obrigatória da Câmara Municipal e da estrutura associativa representativa, no caso a Associação Comercial de Oliveira de Azeméis e de Vale de Cambra. Teve que ter tudo pronto até ao passado dia 09 de Novembro e esteve aberta a 2.ª fase das candidaturas, para implementação e desenvolvimento de um plano de animação e realização de acções promocionais, por um período contínuo de dezoito meses, num total de investimento superior a € 100.000,00 (cem mil euros), concedendo um apoio financeiro não reembolsável de 75% das despesas elegíveis, à excepção da aquisição do equipamento informático, cujo incentivo é de 50%. Assim, e tendo em conta uma derradeira oportunidade de financiamento para a dinamização da área comercial da cidade, neste Quadro Comunitário foi formalizada a candidatura, a criação da UAC de Oliveira de Azeméis e consequente participação da Câmara Municipal na sua constituição. De referir, no que respeita às competências das partes envolvidas, cabe à Câmara Municipal: participação na estrutura associativa da UAC de Oliveira de Azeméis; responsável pelo financiamento dos 25% das despesas elegíveis; responsabilidade na co-organização e co-definição das acções a implementar. À Associação Comercial: participação na estrutura participativa da UAC de Oliveira de Azeméis; promoção e desenvolvimento da candidatura à segunda fase dos incentivos; responsabilidade na co-organização e co-definição das acções a implementar. Por despacho da Direcção Geral da Empresa, foi comunicado oficialmente a homologação da aprovação da UAC de Oliveira de Azeméis, no passado dia 23/01/2007, com o incentivo global de € 115.549,90 (cento e quinze mil quinhentos e quarenta e nove euros e noventa cêntimos), num total de investimento de € 228.973,22 (duzentos e vinte e oito mil novecentos e setenta e três euros e vinte e dois cêntimos). Estão as condições reunidas para a constituição da Associação, de modo a ser possível a concessão de incentivos, com vista ao acompanhamento e gestão do projecto apresentado. Vai ter um Gestor do Centro Urbano, neste caso já foi convidado e aceitou, a Dra. Madalena Gomes; um administrativo; na parte de formação profissional, a inscrição em cursos de formação do Gestor, que também já andou em formação do Centro Urbano; aquisição de equipamento informático até € 6.000,00 (seis mil euros); contratação de serviços na área de higiene e segurança até € 30.000,00 (trinta mil euros); acções de promoção e animação comercial da área de intervenção até € 60.000,00 (sessenta mil euros). Isto tem um incentivo de 75% das despesas elegíveis. Neste momento é necessário aprovarmos os estatutos, a Associação aprovar os estatutos para formarmos os corpos directivos e começar a funcionar, embora a Gestora da UAC já tenha estado a trabalhar em termos de formação e em termos de*  
=====

*planeamento, que vai ter que fazer um planeamento integrado entre o plano cultural da Câmara Municipal e o plano de animação da UAC. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição da Dra. Helena Terra, do PS, e do Senhor Hermínio Loureiro, Presidente da Assembleia Municipal. ==*

*===== Apenas para breves comentários, brevíssimos e algumas propostas de sugestão. Previamente para dizer que a bancada do PS nada tem a obstar à votação dos estatutos desta Associação. Esta é a questão prévia. No que toca aos comentários breves, para dizer apenas o seguinte: contrariamente àquilo que de vez em quando se tenta parecer crer e fazer voz corrente o PS está sempre disponível para trabalhar, para colaborar em prol de Oliveira de Azeméis, mesmo que seja no términos do prazo. E isto mesmo demonstrou a Dra. Madalena Gomes, para quem vai desde já o meu particular agradecimento e o agradecimento que faço também em nome da bancada que represento. Sei que ela fez um trabalho árduo, quando não eram os dias, não era o tempo, os minutos escasseavam para que pudéssemos aproveitar, não é muito, mas €115.000,00 (cento e quinze mil euros) ainda é dinheiro. Portanto, desde já os meus parabéns para aquele que foi o trabalho árduo que ela fez. Isto demonstra que o PS está disponível sempre e quando Oliveira de Azeméis precisa dele. Este era o comentário. As propostas são as seguintes: o art.º 3.º destes estatutos propõe, além de estabelecer o objecto, acaba por propor aquilo que são as finalidades básicas desta Associação ou primordiais. São finalidades de extrema importância é inegável, mas eu queria chamar a atenção do seguinte: não passarão de uma verdade de papel se a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis não fizer a sua parte. E a sua parte são políticas de gestão, são políticas de planeamento, são políticas de recuperação do centro histórico da cidade, são políticas de planeamento de um novo centro urbano para a cidade, são políticas tão transversais e tão integradas que enumerá-las todas seria fastidioso. Portanto, eu resumo tão só a isto, o papel fundamental para que cada um destes objectivos que são de extrema importância seja conseguido, cabe sobretudo a política de planeamento, gestão e recuperação patrimonial do nosso concelho. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Hermínio Loureiro, fez a seguinte intervenção: =====*

*===== Senhor Presidente, permita-me já agora, seguindo a metodologia da Dra. Ana de Jesus na proposta anterior, que faça também um comentário e apresente também uma proposta. Um comentário, para dar nota que esta questão do comércio tradicional, e não só do comércio tradicional, da dinamização das zonas pedonais, tudo aquilo que está relacionado com o comércio, é uma matéria que nos apaixona, porque todos nós temos opinião e gostamos de dar opinião, todos nós olhamos muito às vezes quando nos dá jeito para ver o que se passa no quintal do vizinho, quando não nos dá jeito já não olhamos. Portanto, acho que o estudo é fundamental e o rigor também para estas coisas. À pouco foi aqui citado o órgão de comunicação social que eu tenho aqui e que é o “Mais Alerta Jornal”, relativamente à abertura da última grande superfície em Oliveira de Azeméis, milhares de Oliveirenses, é uma mais valia para o concelho, a dizer tudo aquilo que ali se passou, e nós às vezes perdemos tempo com um conjunto de discussões acessórias a estas matérias, quando estamos na parte final destes processos normalmente estamos sempre de acordo e no início temos sempre bastantes divergências. Não são divergências políticas, algumas delas são genuínas e merecem ser discutidas e trabalhadas, para encontrarmos a melhor solução. A proposta que eu lhe lançava Senhor Presidente, é que quando estamos a discutir agora o início desta, e pegando no art.º 3.º*

*que se prende com o objecto, mais concretamente com a alínea k do n.º 2, onde aponta para a realização de estudos de mercado, analisar os hábitos de compra e a evolução do perfil do consumidor do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, que neste ponto nós pudéssemos estudar com alguma antecedência, por exemplo se Oliveira de Azeméis tem ou não tem condições, se Oliveira de Azeméis quer ou não quer um Centro Comercial. Sabe porquê? Porque quando isso for discutido, vamos ter seguramente visões apaixonadas, de uns que o Centro Comercial vai prejudicar, de outros que vem tarde, de outros de que já devia ter vindo. Vamos perder tempo com questões acessórias e se calhar com alguma antecedência e com o rigor que estas matérias exigem, poder também aproveitar este estudo para numa atitude preventiva, numa atitude de planeamento. Eu acho, mas sou eu sem nenhum estudo, que mais tarde ou mais cedo os promotores desses centros comerciais vão bater à porta de Oliveira de Azeméis, se calhar mais cedo do que mais tarde, e quando chegar a essa altura nós não devemos se calhar estar a perder tempo com as questões laterais, já temos algum estudo que nos permita tomar uma decisão acertada. Senhor Presidente aceite isto como uma proposta, e como é evidente também queria aqui formular os votos dos maiores sucessos para a Dra. Madalena Gomes, em primeiro lugar por ter aceite este desafio e aquilo que esperamos é que ela tenha sucesso, porque o sucesso dela será seguramente o sucesso do comércio de Oliveira de Azeméis e o sucesso do nosso concelho. Muito obrigado. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====*

*===== Eu quero dizer que concordo perfeitamente com a ideia e isto pode ser o nascer de uma instituição. Há possibilidades de progredir após o final desta candidatura, há possibilidades de se recandidatar e criarmos aqui assim até um certo know-how também. Tem gente válida, a Dra. Madalena é líder, vai ser líder desta equipa, mas tem gente válida na equipa e estou convencido que ela é capaz de a dinamizar, para fazer um grande trabalho em Oliveira de Azeméis. Não é um trabalho para estes dois anos, que daqui a ano e meio termina a candidatura, mas com certeza que vamos logo pensar em meter outra candidatura e para mais ano e meio, mais três anos. Isto deve ser um trabalho para continuar, e os próprios comerciantes podem inclusive achar que esta Associação tem também o valor para o centro que amanhã mesmo que caía as candidaturas, os incentivos, eles próprios com a Câmara Municipal assegurar aqui uma estrutura capaz de fazer isto. É uma experiência, e isto pode ser o futuro da animação dos centros urbanos e centros comerciais. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação, sendo autorizada por unanimidade a adesão do Município à referida Associação, bem como aprovados os seus Estatutos. =====*

*===== **Ponto vinte e um:** Simoldes Aços, Lda. – Suspensão parcial do PDM e estabelecimento de Medidas Preventivas – Aprovação. =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada uma proposta, a qual vem no seguimento do requerimento apresentado pela Simoldes Aços, Lda., tendo em vista a resolução dos aspectos legais que obstem à construção de um centro de ensaios em sua propriedade. =====*

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal.*=====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos.*=====

===== *Isto é um procedimento que já foi seguido aqui também para o caso da Ferpinta. A Simoldes é proprietária de um terreno que está classificado em parte como espaço industrial, e noutra parte em REN e classificado em termos de PDM como espaço florestal. A Simoldes pretende instalar um centro de ensaios nesse prédio, e a única possibilidade de o mais celeremente poder fazer isso passa por este procedimento de suspensão do PDM naquela área, o reconhecimento de interesse público pelo Governo e sujeitar qualquer decisão sobre licenciamento para àquela área às medidas preventivas constantes do ponto 9 da proposta.*===

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação, sendo aprovada por unanimidade a suspensão parcial do PDM e a proposta de medidas preventivas nos termos da informação técnica apresentada.*=====

===== ***Ponto vinte e dois:** COLMOL – Colchões, S.A. – Pedido de margem de acerto.*==

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada uma proposta, a qual vem no seguimento do requerimento apresentado pela COLMOL – Colchões, S.A., em que requer margem de acerto para a área de 1237 m<sup>2</sup> de área de transição para espaços industriais, relativamente ao artigo 2028 e 6176,50m<sup>2</sup> de área de transição para espaços industriais, relativamente ao artigo 373.* =

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal.*=====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos.*=====

===== *A COLMOL pretende realizar um loteamento industrial em dois prédios que possui na zona industrial das Cavadas, em Cucujães, com vista à instalação de uma grande unidade industrial. Para isso, é necessário que 7400m<sup>2</sup> que estão em área de transição passem para espaços industriais. Legalmente é possível nos termos do art.º 70.º, n.ºs 2 e 4 do Regulamento do PDM. A Câmara Municipal tem o objectivo de apoiar, e até porque fica numa zona industrial, este tipo de iniciativas das empresas, conforme já foi referido, quer promover a criação de postos de trabalho, quer apoiar a criação das unidades industriais, a ampliação das unidades industriais. Portanto, propôs a aprovação desta margem de acerto.*=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

===== *Posto isto, a Prof. Isabel Vilhena, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, colocou o ponto número vinte e dois à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e três:** *Paulo Jorge Santos Silva e Castro – Pedido de margem de acerto e rectificação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada uma proposta, a qual vem no seguimento do requerimento apresentado por Paulo Jorge Santos Silva e Castro, em que requer margem de acerto para a área de 4825 m<sup>2</sup>, considerada no PDM como área de transição.* =====

===== *Pela Prof. Isabel Vilhena, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É um pedido de informação prévia também para a criação de uma unidade industrial. O prédio tem cerca de 8950 m<sup>2</sup>, 4125 m<sup>2</sup> estão em espaço industrial e 4825 m<sup>2</sup> estão em área de transição. A margem de acerto é que estes 4825 m<sup>2</sup> que estão em área de transição passem a ser espaço industrial. O regime do PDM é o mesmo.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, a Prof. Isabel Vilhena, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, colocou o ponto número vinte e três à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Associação Dianova Portugal – Reconhecimento de interesse municipal do Centro de Alojamento Temporário “Casa Azul”.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. A Associação Dianova Portugal assume no nosso país um papel de primordial importância nas áreas sociais e da saúde, destacando-se, em particular, no nosso concelho, desde 1984, com a inauguração da primeira Comunidade Terapêutica “Casa Azul”, localizada em Cesar. 2. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis é a Entidade Promotora do Projecto “SOLIS”, aprovado pelo Instituto da Segurança Social, em Julho de 2005, no âmbito do Programa para a inclusão e Desenvolvimento “Progride”, tendo para o efeito estabelecido parceria com a Associação Dianova Portugal, que se apresenta como Entidade Executora deste Projecto. 3. Uma das actividades do Projecto “SOLIS” – a implementação do Centro de Alojamento Temporário “Casa Azul”, está a funcionar desde Abril de 2006, para acolher pessoas em situação de emergência social. 4. Desde Julho de 2006, foram esgotadas as vagas para admissão de utentes neste equipamento, recebendo o Centro cerca de 6 a 8 pedidos de integração por mês, o que demonstra claramente a sua importância no acolhimento de pessoas em situação de carência. 5. O Centro de Alojamento Temporário está instalado no espaço correspondente à antiga Comunidade Terapêutica “Casa Azul” e que este resultou de intervenções de auto-construção pelos próprios utentes da Comunidade, ao longo dos anos. 6.*

*Uma das acções do Projecto SOLIS foi a realização de obras de beneficiação e remodelação das instalações daquela Comunidade Terapêutica para funcionamento do Centro de Alojamento Temporário, com base em Projecto elaborado por técnicos desta Autarquia. Propõe-se, para efeitos de licenciamento e com base no Plano Director Municipal, que o Centro de Alojamento Temporário “Casa Azul” seja um Equipamento Público de Interesse Municipal Reconhecido”.*

*=====  
Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====*

*=====  
O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos. =====*

*=====  
A Associação Dianova, conforme consta da proposta, pretende criar o centro de acolhimento temporário. Com vista ao licenciamento do mesmo, é necessário que se reconheça como equipamento de interesse público municipal, para efeitos de licença de utilização. É essa a proposta, e foi publicado em jornal local a proposta de reconhecimento de interesse municipal e não houveram reclamações. Portanto, está em condições de ser aprovado este centro de alojamento temporário. =====*

*=====  
Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*=====  
Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e quatro à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada. =====*

*=====  
**Ponto vinte e cinco:** FLAMA – Fábrica de Louças e Electrodomésticos, S.A. – Pedido de margem de acerto. =====*

*=====  
Pela Câmara Municipal foi apresentada uma proposta, a qual vem no seguimento do requerimento apresentado pela FLAMA – Fábrica de Louças e Electrodomésticos, S.A., em que requer margem de acerto para uma área de 2025 m<sup>2</sup>, considerada no PDM como espaços florestais. =====*

*=====  
Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====*

*=====  
O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos. =====*

*=====  
Pretende-se que 2025 m<sup>2</sup> que estão classificados como espaços florestais, passem a ser espaço industrial, mas estou a procura da área total do prédio como informação adicional no caso de assim o pretenderem. =====*

*=====  
Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Helder Simões. =====*



===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS.* =====

===== *Nos últimos não interviemos porque eu tive a oportunidade de ontem consultar todos esses documentos que estão aí em cima da mesa, e que são muitos. Portanto, não vislumbramos grandes problemas nesta aprovação. Agora, concretamente este que poderá parecer muito similar aos outros, eu já agora que o Senhor Vereador está com esses documentos na mão, perguntava se também não está aí um documento da Eng.º Ana Paula Martins, que levanta imensas reservas à aprovação desta margem de acerto. Eu tive a oportunidade de o ver ontem, e como não temos toda essa informação e queremos agir também em conformidade, e com isto só é muito difícil, a nossa pretensão é abstermo-nos nesta matéria.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar mais esclarecimentos.* =====

===== *Em jeito de esclarecimento, o prédio tem 9500 m<sup>2</sup>, 7475 m<sup>2</sup> estão em espaço industrial e 2025 m<sup>2</sup> em espaço florestal, e são estes 2025m<sup>2</sup> para passarem a espaço industrial. Eu de qualquer maneira queria dizer que a aprovação da margem de acerto e rectificação na Assembleia Municipal não leva necessariamente à aprovação do licenciamento industrial. São dois processos totalmente autónomos.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e cinco à votação, sendo aprovada por maioria, com dezasseis abstenções do Partido Socialista, a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e seis:** *Proposta para financiamento no âmbito da linha de crédito bonificado para projectos aprovados no III Quadro Comunitário de Apoio ou para Programas de Iniciativa Comunitária homologados em 2006 (Decreto-Lei n.º 144/2000) – 8.ª Tranche – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada uma proposta acompanhada dos elementos comprovativos das condições praticadas pelas diversas Instituições de Crédito, para contratação de empréstimo, no montante até € 222.712,20 (duzentos e vinte e dois mil setecentos e doze euros e vinte cêntimos) destinado ao financiamento no âmbito da Linha de Crédito Bonificado para projectos aprovados no III Quadro Comunitário de Apoio ou para Programas de Iniciativa Comunitária, homologados em 2006 (Dec.-Lei 144/2000) – 8.ª Tranche.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *Dentro do Quadro Comunitário de Apoio continua a haver a possibilidade dos Municípios recorrerem ao crédito, crédito esse bonificado e nós como tivemos mais uma candidatura homologada, que é o Troço 7- Conclusão, nós fizemos um concurso para contrair este empréstimo, no valor de € 222.712,20 (duzentos e vinte e dois mil setecentos e doze euros e vinte cêntimos). Aponta para a Caixa Geral de Depósitos, que apresentou as melhores condições e mais vantajosas, tanto em spread como podem ver no relatório. Por isso mesmo, propomos que se aprove para avançarmos.* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e cinco à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada, autorizando a contratação do referido empréstimo. =====

===== **Ponto vinte e sete:** Processo de Delimitação Administrativa do Município de Oliveira de Azeméis – Comunicação de resultados da Comissão nomeada na última Sessão da Assembleia Municipal e aprovação das delimitações do concelho. =====

===== No seguimento do deliberado em Assembleia Municipal de 29/12/2006, para tentativa de resolução dos litígios quanto à delimitação administrativa existente entre algumas freguesias, nomeadamente Cucujães/ Santiago de Riba-Ul; Santiago de Riba-Ul/ Oliveira de Azeméis; Travanca/ Macinhata da Seixa; Cesar/ Fajões, foram presentes as actas das reuniões da Comissão nomeada na referida Sessão, tendo-se constatado das mesmas que das referidas reuniões apenas o litígio entre as freguesias de Santiago de Riba-Ul e Oliveira de Azeméis foi resolvido, tendo as duas Juntas de Freguesia chegado a um entendimento quanto à sua delimitação administrativa. Nas restantes situações, e porque não foi possível a resolução dos litígios existentes, o processo será encaminhado para o Instituto Geográfico Português, ficando cada uma das Juntas de Freguesias de fundamentar a sua posição, através dos elementos que entendam mais adequados. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== Os documentos estão distribuídos, foi depois daquela Assembleia em que se decidiu que se formasse uma Comissão com o intuito e com a missão de que resolvesse o problemas dos limites dentro do concelho. Aqui estão as actas desse processo. Não conseguimos a 100% o acordo, conseguimos alguns acordos e está em modo da Assembleia aprovar e mandar para o Instituto Geral do Cadastro. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Vieira Dias, António Godinho, Ramiro Rosa e Helder Simões. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====

===== Como disse na última vez, este ponto é um ponto difícil, árduo, em que é preciso que haja cedência de parte a parte. E isso dá-me logo direito a recordar um encontro a três, entre o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Arqt.º Gomes Fernandes e a minha pessoa, e então foi combinado que era de interesse que a área urbana de Oliveira de Azeméis fosse alargada. Este ponto é pertinente, e se isto estivesse resolvido, talvez que alguma coisa de mais benesse tivesse havido do que este acordo que agora está feito em Oliveira de Azeméis e Santiago de Riba-Ul. Não deixo de os felicitar, aos Senhores Presidentes de Junta, ambos são conterrâneos, o Senhor Rosa e o Senhor Godinho. Felicito-os. Quero que saibam que mais vale um mau acordo do que uma boa justiça. E quero que caminhemos noutra sentido, no sentido de tornar a área ou o perímetro urbano da cidade muito mais largo, muito mais amplo.

*É por isso que eu aqui estou, mas também porque há outro problema difícil, que são as limitações entre Fajões e Cesar ou entre Cesar e Fajões. Ao que me parece não vejo aí a acta desse encontro, embora venha nomeada que está, mas eu não consigo ver aí a acta. Senhor Presidente, é tudo o que tenho a dizer, e que reafirmo o pedido e a promessa que foi feita para que a área urbana da cidade seja alargada. Obrigado. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Godinho, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul.*

*===== Quanto às limitações e ao acordo executado entre as partes, especialmente entre Santiago e Oliveira de Azeméis, eu pergunto-me a mim mesmo: estou satisfeito? Não. Eu queria muito mais para a minha freguesia, queria muito mais. No entanto, posso adiantar que quando os homens se sentam a uma mesa e vão com o propósito de se entenderem, alguma coisa sai. E eu aqui posso adiantar que fiquei radiante, desde os Técnicos, desde as pessoas que foram nomeadas nesta casa, desde os Presidentes de Junta, a cordialidade que houve, a forma de se querer chegar a um entendimento. Sinto-me orgulhoso por tudo aquilo que aconteceu. Já não posso, desculpe Senhor Presidente, vou desviar um bocadinho mas tenho de o dizer, aceitar a forma como tenho sido tratado pelo meu Colega de profissão autárquica de Cucujães, que tem sido de baixo nível a compostura que tem tido para se chegar a um entendimento, sem que haja necessidade de se chegar aos pontos a que se tem chegado. Eu posso adiantar Senhor Presidente, e tenho muita pena de o ter que dizer, tínhamos chegado a um pré-acordo, tinha já cedido um espaço, não desprezei os marcos existentes. Com os Técnicos que sua Exa. dirige, tínhamos chegado a um acordo de eu ter cedido uma parte para nos entendermos nas outras, mas quando há uma parte que se aproveita de uma coisa que não tem valor rigorosamente nenhum, que é os Censos; prque isto é assim: quem estiver de boa fé, os censos servem para aquilo que se tem andado a discutir, porque todos nós sabemos que os censos foram feitos para saber quantos somos no País. Isto mais ou menos de grosso modo, porque nas reuniões que nós tivemos para quando foram feitos os censos, aí nessa altura foi dito pelos técnicos do INE que os Cnsos era para saber quantos somos e que não nos preocupássemos porque aquilo pouco dizia. Agora, não pode ser de forma nenhuma é que os Censos não digam nada para uma coisa e já possam dizer para outra. Isso não aceito e posso adiantar de que estou plenamente de acordo com aquilo que o Senhor Dr. Vieira Dias aqui adiantou, que é preferível um mau acordo do que uma boa justiça. Eu estou plenamente de acordo, mas da forma como eu tenho sido tratado pela outra parte, eu não abduco, nem a Assembleia de Freguesia de Santiago, de que está mais do que claro, não tenho dúvidas, os marcos, as escrituras, os registos dos terrenos e tudo isso que tenho no meu poder, isto vai até ao fim. Com muita pena minha de ter que se deitar por água abaixo todo o trabalho dos Técnicos que fizeram sempre um trabalho com isenção, com uma compostura que é de louvar. Muito obrigado. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedida a palavra ao Senhor Ramiro Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. =====*

*===== Em primeiro lugar, queria agradecer a toda a Assembleia a proposta do último dia 29 de Dezembro, para ser elaborada uma Comissão, para haver a tentativa de acordo, ou para ir junto das Juntas que estavam em desacordo para que esse acordo fosse possível. Em primeiro lugar, eu acho que devo agradecer a essa equipa que foi formada, e eu estive numa reunião e felizmente chegamos a acordo, não foi acordo que queríamos mas foi o possível. Sinceramente estou “satisfeito” em relação a Oliveira de Azeméis. Chegamos a um acordo, e*

*este acordo já não foi feito há um ano porque eu esperei sentado por uma reunião que o Senhor Godinho me pediu o ano passado no dia de Carnaval, ao descer do palanque aqui em frente ao Palácio da Justiça. E essa reunião deu-se precisamente no dia 23 de Janeiro deste ano. A verdade, é que não havia necessidade nenhuma, para mim é de uma tristeza sem limites ver nos jornais o que se disse sobre estas duas freguesias, que disseram que era um roubo de não sei quantos por cento de freguesia que Oliveira de Azeméis queria fazer. Eu respeito perfeitamente a acção dos jornalistas e compreendo a missão deles. Vários me pediram para que eu contrapusesse ou dissesse alguma coisa sobre esta entrevista ou aquela. A minha resposta foi sempre “meus amigos, eu estou à espera de uma reunião do Senhor Godinho e enquanto isso não acontecer nem uma palavra”. E vocês se estiveram atentos, não viram qualquer tipo de resposta do Ramiro Rosa a nenhuma notícia. Já para não falar de um articulista qualquer, de mau gosto, que escreveu num jornal da nossa terra quatro artigos, um deles, o último era sobre os “Rosas”. Meu amigo, sinceramente eu como nunca dei resposta, também não dei àquela nem vou dar, ele que repense e que volte a repensar. O efeito está aqui, é juntarmo-nos à volta de uma mesa e dá o resultado que deu. Graças a Deus. Muito obrigado a todos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====*

*===== Antes de mais devo dizer que estou satisfeito pelo facto do prazo que foi facultado a esta Comissão ter sido escrupulosamente cumprido, algo que nos deve satisfazer mesmo tratando-se de uma solução, de um trabalho de recurso. Importa também referir que, contrariamente ao que foi defendido, em especial pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que desvalorizou a questão, atribuindo a isto quase uma missão impossível, a mesma revelou-se extremamente produtiva e importante para a resolução dos conflitos existentes. Se a análise for efectuada apenas em termos quantitativos, pode dizer-se que apenas um, o caso de Santiago / Oliveira de Azeméis foi solucionado. No entanto, a análise correcta deve ser feita em termos qualitativos, tendo por base a área que estava em conflito. Se esta Comissão não tivesse existido e insistido no sentido de apelar ao diálogo e consenso dos envolvidos, não teria sido possível diminuir a área em desacordo em 85%, ou seja, dos 41,9 hectares que em Dezembro não havia acordo sobre esta matéria, restam apenas 6,66 hectares reclamados por mais que uma Junta de Freguesia. Obviamente que esta delimitação administrativa implica necessariamente acertos territoriais que podem não ser pacíficos, mas estou certo que ao longo de todo este tempo foi prevalecendo o bom senso e a perspectiva de que a inexistência de acordo é, acima de tudo, prejudicial para as populações, podendo criar dificuldades acrescidas e, acima de tudo, desnecessárias. Aos autarcas compete identificar, prevenir e superar estes conflitos. Resta-me tão só apelar a que nos casos em que não foi possível consensualizar o Instituto Geográfico Português resolva esta questão de forma célere, tendo em conta critérios objectivos e justos. Não podia terminar sem agradecer, nomeadamente, a todos os que participaram nesta Comissão, mas em especial ao Senhor Ramiro e ao Senhor Godinho, que de forma cordata, sabendo de antemão que estavam a fazer cedências, porque efectivamente não se pode partir para uma reunião de consensos não estando predisposto de abdicar quer do que seja. Portanto, foi essa a postura que todos terão assumido, mas principalmente estes dois, porque conseguiram efectivamente entender-se e, acima de tudo, foi benéfico para as populações de Santiago e Oliveira de Azeméis. É Só. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

===== *Eu também não queria deixar obviamente de felicitar os Membros da Comissão. É verdade que no final da discussão da Assembleia Municipal anterior, eu próprio disse que a missão era uma missão quase impossível, e propus, se bem se lembram, que esta Comissão tivesse um horizonte temporal bem definido, para que não se eternizasse essa discussão. Parece-me que a metodologia que foi proposta deu resultados. Por isso mesmo, os meus parabéns a todos aqueles que trabalharam e contribuíram para que déssemos mais um passo significativo nesta matéria das delimitações.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e seis à votação, sendo aprovados por unanimidade os referidos acordos.* =====

===== **Ponto vinte e oito:** *Abertura de procedimento administrativo com vista à classificação e inventariação como bens de interesse municipal e de interesse público das peças de vidro que integravam o designado “Museu do Centro Vidreiro” e tomada de medidas provisórias e/ ou técnicas e outras com vista a evitar a destruição, perda e/ ou deterioração dos referidos bens – Conhecimento.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta para conhecimento: “Foi recentemente publicitado nos jornais a venda por negociação particular, entre outros bens, de peças preciosas em vidro, que constituíam o museu da empresa Centro Vidreiro do Norte de Portugal, S.A., venda esta que está a ser efectuada na sequência da falência da empresa. As peças colocadas à venda são as que constam do documento designado “Auto de Apreensão – Aditamento IV” que se anexa à presente, e fazem parte do designado “Museu do Centro Vidreiro”. Assim, considerando: Que a criação da indústria do vidro no país ocorreu na área do actual Município de Oliveira de Azeméis, já no Séc. XV, mantendo-se até finais do Séc. XX esta actividade; Que o Centro Vidreiro do Norte de Portugal, S.A. foi a última empresa que exerceu a actividade de fabrico de vidro no concelho e resultou da evolução das anteriores empresas existentes; Que a produção de vidro na área do Município e posteriormente pelo Centro Vidreiro tinha uma significativa relevância em termos concelhios, pelo elevado número de trabalhadores que empregava (várias centenas), e pelas receitas e riqueza que criava, e pelo prestígio e notoriedade associados e reconhecidos à actividade; Que desta actividade industrial, por força da falência da empresa, Centro Vidreiro do Norte de Portugal, S.A., nada resta salvo as peças de vidro que constituíam o designado museu do Centro Vidreiro; Que essas peças são originais, a maioria delas únicas, de rara beleza, criadas, manufacturadas, lapidadas e desenhadas por várias gerações de artesãos vidreiros, constituem por isso um repositório e a memória e um testemunho que é possível e importante conservar da actividade do fabrico do vidro no Município de Oliveira de Azeméis; Que a Câmara Municipal tem de há muito efectuado diligências com vista à localização, protecção e eventual aquisição, do designado Museu do Centro Vidreiro; Que pelas razões expostas e pelo constante do relatório técnico anexo que aqui se considera reproduzido, as peças que constituem o designado Museu do Centro Vidreiro, designadamente as discriminadas no “Auto de Apreensão – Aditamento IV”, reúnem todos os requisitos para serem consideradas e classificadas como bens de interesse municipal e como bens de interesse público, dado constituírem pelas razões aduzidas bens culturais com notável valor estético, artístico e histórico; Que as peças em questão, devido até à sua própria natureza e material (vidro) correm o risco de se deteriorarem e até ser destruídas; Que se encontram armazenadas em condições deficientes em edifício localizado junto a umas bombas de gasolina, sem qualquer protecção especial; Que a venda das peças por lotes levaria à sua dispersão e à conseqüente perda e impossibilidade da sua preservação para futuro, além de privar a*

*colectividade oliveirense da sua fruição; Que com os fundamentos expostos se encontram reunidos os pressupostos a que alude o artº 17º, als. b), c), d), e), g), h) e i) da Lei 107/01, de 8.9., para sua classificação e inventariação como bens de interesse municipal e de interesse público; Considerando ainda o disposto nos artºs 14º, 15º, nºs 2, 5 e 6, 16º, 19º, 25º, nºs 1 a 5, e 33º da Lei 107/01, de 8.9., delibera-se: A.- I. Com base e ao abrigo do disposto nº artº 25º da Lei 107/01, de 8.9., determina-se a abertura de procedimentos de classificação e inventariação como bens de interesse municipal e de interesse público, dos objectos (em vidro) do designado Museu do Centro Vidreiro do Norte de Portugal, S.A., designadamente os constantes do documento “Auto de Apreensão – Aditamento IV”, do Processo de Falência nº 813/2002, que corre termos pelo 3º Juízo Cível, do Tribunal Judicial de Oliveira de Azeméis, e designa-se o Sector do Património Histórico-Cultural da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis para proceder à instrução do procedimento de classificação e inventariação como bens de interesse municipal; II. Se notifiquem do teor da presente deliberação o Liquidatário Judicial Sr. Dr. Manuel Augusto S. V. Pereira e o detentor ou a pessoa na posse da qual se encontram os bens em questão, a saber: a firma Ilídio Machado da Mota, Lda., com sede em Entre Pontes, Lago, Amares; III. Se proceda à imediata publicação da presente deliberação, ao abrigo e em cumprimento do disposto no artº 25º, nº 5, da Lei 107/01, de 8.9., através da afixação de avisos nos lugares do estilo e sua publicação em jornal local, em jornal nacional, no boletim e no site do Município; B.- I. Mais se delibera, ao abrigo do disposto no artº 33º da Lei 107/01, de 8.9., tomar as seguintes medidas provisórias, a executar imediatamente após a publicação da deliberação antecedente nos lugares do estilo e no site do Município; Dar conhecimento ao Tribunal e ao juiz do processo de falência, e ao Sr. Liquidatário Judicial de que a Câmara Municipal deliberou, nos termos e para os efeitos do disposto na Lei 107/01, de 8.9., a abertura de procedimentos com vista à classificação como bens de interesse municipal e interesse nacional das peças de vidro que integram o “Museu do Centro Vidreiro” designadamente as constantes no “Auto de Apreensão – Aditamento IV”, do processo de falência nº 813/02, do 3º Juízo Cível, do Tribunal Judicial de Oliveira de Azeméis; Requerer ao Sr. Juiz do processo já referido, que tome as medidas adequadas à preservação dos bens em questão com vista à sua futura classificação e inventariação, para tanto determinando a suspensão imediata da sua venda, indeferindo a sua adjudicação, e determinando que as mesmas sejam removidas do local onde se encontram por técnicos e com meios do Município de Oliveira de Azeméis e confiadas ao Município até à conclusão dos procedimentos da sua classificação e inventariação como bens de interesse municipal e bens de interesse público.” =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Este procedimento administrativo foi o procedimento que nós decidimos instaurar, com vista à protecção do espólio, ou das peças de vidro, que integravam o Museu do Centro Vidreiro, e que constam de um inventário no processo de falência do Centro Vidreiro do Norte, sendo que é este o procedimento que vai salvaguardar e proteger todo este espólio que existe nesse processo. O Município de Oliveira de Azeméis tem todo o interesse em o salvaguardar, com vista à constituição do Museu do Centro Vidreiro. Esse procedimento, vem previsto ao abrigo da Lei do Património, a Lei n.º 107/2001, e é o procedimento adequado, é o*

*procedimento de classificação e de inventariação do interesse municipal e do interesse público, é o procedimento adequado para preservar este património. Já foi iniciado este procedimento e neste momento estes bens estão em via de classificação, portanto com algumas garantias de alienação dos bens que estão protegidos. Foi informado o Liquidatário Judicial e foi informado o possuidor dos bens existentes, de que se deu início a este processo de classificação de interesse municipal destas peças. Portanto, nos termos dos artigos n.ºs 36.º, 37.º e 38.º desta Lei, não é possível a alienação deste tipo de bens sem a comunicação ao Município de Oliveira de Azeméis, cujo Gabinete do Património está a desenrolar este procedimento. O Município de Oliveira de Azeméis também tem direito de preferência na alienação destes bens, e o artigo 38.º refere a impossibilidade de se realizar qualquer tipo de escrituras, ou actos notariais, ou registos, com o incumprimento destas normas. Eu quero dizer que o Município de Oliveira de Azeméis, já desde algum tempo a esta parte, sem grandes intenções de publicitar esta situação, porque a posse física deste espólio ainda não está connosco, apesar do Município ter proposto junto do Tribunal ficar com o depósito destas peças na sua posse. Ainda estamos à espera da decisão do Senhor Juiz relativamente a isto. Não tem publicitado muito esta situação, mas tem desenvolvido diligências, quer junto do Tribunal Judicial, quer junto do Liquidatário, quer da Leiloeira, quer junto do Instituto Português dos Museus, no sentido de ver qual o melhor procedimento a seguir. Chegamos à conclusão que era este o melhor procedimento, até porque quando solicitamos o parecer do Instituto Português de Museus, eles disseram que nunca tinha havido o desencadeamento, ao abrigo desta Lei, de um procedimento de classificação e inventariação por parte do Município sobre bens móveis. Este era um caso pioneiro neste campo. É este o procedimento que foi aprovado em reunião de Câmara por unanimidade, já foi publicado nos jornais oficiais, já foram todas as entidades notificadas, e portanto está em condições de ser aqui aprovado. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição da Dra. Helena Terra e Dr. Jorge Almeida. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS. =====*

*===== Eu queria levantar algumas questões a propósito deste assunto, que é um assunto de particular interesse para o nosso concelho. Temos a notícia de que o Município instaurou este procedimento administrativo, tanto quanto é do meu conhecimento e não obstante não ter especial experiência, nem sequer por via profissional, em procedimentos desta ordem, queria suscitar algumas questões que me parecem importantes e o meu intuito é tão só um: colaborar, participar, neste momento acho que é o máximo que podemos fazer. Tanto quanto é do meu conhecimento, este é um procedimento que decorre junto de um instituto público, que é o Instituto Superior de Museus, que depende, salvo erro, da tutela do Ministério da Cultura. A minha pergunta é a seguinte, a primeira a este propósito. Nós sabemos, isto são bens que estão apreendidos ao abrigo do processo de falência que está em curso no que toca ao Promotor Imobiliário que construía ali naquela zona, sabemos que eles têm uma descrição formal no processo de falência. Primeira pergunta que eu queria fazer, era se nós já tivemos o contacto, nós Câmara Municipal, físico com estes bens? Nós já demos conhecimento, presumo, ao processo de falência em que isto está a decorrer. Segunda pergunta: se este nosso requerimento já tem uma tomada de posição do Senhor Juiz titular do processo? Eu penso que depois de estar instaurado este procedimento junto do Instituto Nacional dos Museus, é possível que não o Município, mas este Instituto possa lançar mão de procedimentos conservatórios da posse dos*

*bens em causa. A terceira pergunta, se assim quisermos, é se o Município já requereu ao Instituto Nacional de Museus que os fizesse? E isto se calhar não tinha tanta importância se fossem outro género de bens. Atendendo aos bens que estão em causa, é um problema de primordial importância, porque se não nós corremos o risco de que quando chegarmos ao final deste procedimento e entrarmos na efectiva posse destes bens, eles já não existam, não existam em condições, possam deteriorados e outras coisas que tais, até porque não sendo eu uma especialista na matéria, mas falando com alguém que percebe do assunto, me foi esclarecido e portanto eu estou a transmitir este conhecimento que adquiri pela mesma via do passa palavra, a pessoa que me falou disto percebe do assunto e eu não, e portanto aceitei isto como bom, é que algumas destas peças precisam de condições mínimas específicas de conservação, no que toca nomeadamente a exposição solar e a condições de temperatura, e isto tem a ver com o colorido das peças. Isto para que nós não corramos o risco de quando chegarmos a entrar na efectiva posse disto, entremos na posse de mais ou menos coisa nenhuma, porque isso seria um descalabro e seria o descalabro por outra via. Esta é terceira pergunta que eu aqui queria deixar. E depois tinha perguntas, sobre o mesmo assunto, mas a um outro patamar de preocupações. Na altura em que foi feito o licenciamento das construções a este Promotor Imobiliário, lembro-me do Senhor Presidente da Câmara ter esclarecido que o licenciamento, pelo menos numa das fases da construção, tinha sido condicional. E condicionado ao quê? Precisamente a que fosse acautelada uma construção, aquele que seria eventual géneses do futuro Museu do Vidro, para que fossem guardadas estas peças. Pergunto o seguinte: nós já sabemos todos, pela situação em concreto, que esta condição não foi cumprida pelo promotor imobiliário, e eu presumo que estivesse prevista para este não cumprimento uma cláusula penal. E portanto, a última pergunta que eu quero fazer a propósito deste assunto em particular, é a seguinte: se nós Município já accionamos a cláusula penal para o incumprimento desta condição, porque como sabemos, pelo menos alguns têm mais obrigação de o saber, os prazos para a reclamação de créditos, que neste caso tem de ser junto do processo de falência, são curtos e ainda por cima são contínuos? Para já eram estas as questões que eu gostava ter esclarecidas. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Jorge Almeida, do PSD. =====*

*===== É do conhecimento geral que foi no Município de Oliveira de Azeméis, que nasceu a primeira fábrica do vidro em Portugal. Uma arte e uma indústria que se desenvolveu e que durante um período da história, foi a actividade mais importante de Oliveira de Azeméis. Hoje não existe. Por diversos motivos, hoje é apenas uma recordação, uma memória. Felizmente, em sequência do “vidro”, outra actividade se criou e se desenvolveu tornando-se hoje numa indústria muito importante e significativa para a economia local e nacional, os moldes. Felizmente, o Município de Oliveira de Azeméis tem uma actividade industrial multifacetada, dinâmica e com grande iniciativa e empreendedorismo. E é com os olhos no futuro que devemos ao mesmo tempo, guardar e preservar o passado. Porque ao percebermos o passado, estamos a compreender o presente e a garantir o futuro. Neste sentido, é obrigação da Câmara Municipal e dever de todos os Oliveirenses, darmos passos concretos, no sentido de conseguir adquirir o espólio do antigo “Centro Vidreiro” e criarmos o desejado e justo “Museu do Vidro”. Sabemos que a Câmara Municipal, de forma discreta, sem declarações públicas, como convém numa situação destas, uma vez que existe um processo judicial, e muito provavelmente outros interessados, tem estado atenta ao espólio. Sabemos aqui também, como o Senhor Vereador o disse, que a Câmara Municipal já tomou medidas ao abrigo da Lei do Património, com a*



*instauração de dois processos: O de classificação das peças do Centro Vidreiro como “bens de interesse público municipal e nacional”; e o processo de inventariação. Porque eu só falo e só gosto de falar daquilo que percebo, objectivamente eu pergunto: Existem mais medidas, mais acções concretas que possam ser feitas para garantirmos um património que é no fundo de todos os Oliveirenses, que é o espólio do antigo Centro Vidreiro? =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar mais esclarecimentos. =====*

*===== Primeiro, para dizer que houve um contacto físico e inclusivamente houve um representante, um Membro do Executivo, que foi ao local verificar juntamente com pessoas entendidas na matéria, porque deste espólio há peças que interessam ser classificadas e há peças que não interessam ser classificadas. Depois de vistas as peças, e uma delas estive presente na exposição mundial de Lisboa, entre outras, verificou-se que realmente estava ali parte significativa do espólio que poderá fazer parte do futuro Museu do Vidro. Ainda não existe despacho do Senhor Juiz relativamente a essa informação nossa. Quando nos dirigimos ao Instituto Português dos Museus, foi por saber que o Instituto Português dos Museus, a Torre do Tombo, a Biblioteca Nacional e a Câmara Municipal de Lisboa, são as únicas entidades em Portugal com esta mais-valia de poder conservar coercivamente até e sem despacho de qualquer Juiz ou Entidade Judicial, a posse de património cultural, mas o Instituto Português dos Museus por ser uma acção pioneira e porque só recentemente esta Legislação de 2001 permite a protecção de bens móveis deste género, ainda não tinha desenvolvido nenhuma acção deste tipo e, portanto, não nos pode ajudar nessa matéria. É claro que é o Instituto Português dos Museus que depois irá classificar afinal estes espólio como de interesse público ou não. Nós propusemos dois tipos de classificação, uma de interesse público e outra de interesse municipal. O Instituto Português de Museus só releva para efeitos de classificação de interesse público, a do interesse municipal é decidida exclusivamente pela Autarquia. Quanto à questão do licenciamento dos bens imóveis, isso foi objecto de negociação entre o Promotor Imobiliário e a Câmara Municipal de então, no âmbito de um pedido de informação prévia requerido pelo possuidor dos bens, mas esse pedido de informação prévia foi indeferido. Nessa negociação estava incluído a possibilidade do particular fazer ou construir o Museu do Vidro, mas como foi indeferido e depois junta-se o processo de falência e nunca mais houve negociações sobre essa matéria. Foi solicitado ao Instituto Português dos Museus e eles nunca desencadearam nenhuma acção, nem judicial, nem administrativa, porque a Lei que permite a estas quatro entidades ocupar coercivamente a conservação de qualquer património cultural, permite que isso seja feito independentemente de uma acção judicial. Só para dizer que eles nunca desencadearam nenhuma acção mesmo de natureza administrativa sobre essa matéria, e disseram que não nos podiam ajudar quanto a isso. Esta Lei permite, no artigo 31.º, que toda a Administração Pública, mesmo a Administração Local, possa tomar medidas provisórias de carácter administrativo, para a protecção dos bens em vias de classificação, que ainda não estão classificados. Isto aqui vem no âmbito dessas medidas provisórias. E por sabermos que os bens estavam em local, por cima de umas bombas de gasolina, que poderiam prejudicar a manutenção dos bens, foi por causa disso que sugerimos ao Juiz e ao Liquidatário Judicial que estávamos dispostos a assegurar o depósito e requeríamos o depósito desses mesmos bens, à guarda da Câmara Municipal. =====*

*===== A Assembleia Municipal apreciou favoravelmente e tomou conhecimento. =====*

==== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Prof. Leonel Martins e José António Martins. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Prof. Leonel Martins, residente nesta cidade. =====

===== Em primeiro lugar, quero lembrar que eu venho aqui como mero cidadão, como Município de Oliveira de Azeméis, que se interessa por Oliveira de Azeméis, que deseja o melhor para Oliveira de Azeméis e a melhor qualidade de vida possível para os Oliveirenses. Portanto, as minhas intervenções não têm qualquer conotação político-partidária. E eu digo isto, porque infelizmente tenho de concordar com uma notícia que veio num dos jornais da terra, eu não vou tomar partido nessa questão, é lógico, vou tomar a minha opinião pessoal, que fala na existência de um défice democrático em Oliveira de Azeméis. Eu infelizmente, não quer dizer que não aconteça nas outras localidades, mas eu infelizmente concordo com o facto de não haver uma cultura, um espírito democrático em Oliveira de Azeméis. Neste sentido, que é o aceitarmos que há pessoas que tenham uma maneira de encarar as coisas, de perspectivar as coisas diferentes das nossas. Ninguém é perfeito, ninguém tem o saber perfeito, e nós temos de entender que há pessoas que vêem as coisas de forma diferente. E quando vêem, eu falo no meu caso, é sempre numa perspectiva de beneficiar, de entender, que é aquilo que eu defendo que é o melhor para Oliveira de Azeméis. É nesse sentido. Posto isto, não são tudo más notícias, quero congratular a Câmara e fiquei extremamente satisfeito por este ponto final, do interesse da Câmara na preservação do espólio do Centro Vidreiro, assim como as medidas que estão a tomar no sentido de evitar a construção de mais mamarrachos lá em cima, na área do antigo Centro Vidreiro. Também quero congratular-me pelo facto de terem começado a pintar as passadeiras. Há ruas que não estão, e não sei se é coincidência mas a minha rua, que é onde eu pedi, que é a Rua 25 de Abril, não tem nenhuma. Mas foi coincidência, porque o problema na Rua 25 de Abril é mais complicado, que é o problema do piso. Enquanto não deitarem piso novo naquela zona, as passadeiras vão sempre para o ar, porque é na zona dos buracos. Aliás se permite, eu recordo-me que ainda no anterior mandato Senhor Ápio, eu vi lá num dos Orçamentos da Câmara, que vinha lá uma quantia para pavimentação da Rua 25 de Abril, nomeadamente quando foram postas as guias do passeio. Elas ficaram muito altas, e eu até pedi ao Senhor Ápio se colocava uma rampazinha para a garagem, que eu não conseguia entrar, e o Senhor Ápio disse que ia deitar lá um piso novo. Acho que já chegou a hora, para mais tem muito movimento, e quando deitar o piso as passadeiras nunca mais vão desaparecer. De qualquer maneira, registo o facto de terem começado a pintar. Outra coisa, é a zona pedonal. Eu acho que o mais difícil foi considerar aquilo uma zona pedonal, e acho que agora colocar lá um obstáculo para que seja efectivamente uma zona pedonal não é difícil. É para evitar situações, como eu também li no jornal, de alguém que anda sistematicamente de carro na zona pedonal, que eu sou testemunha também, e que depois quando chamam a atenção para isso utilizam a palavra desculpa, que é para não cometer erros, jocosamente por favor chame a polícia. Viva a liberdade e a democracia. É apenas para evitar situações destas, até porque depois isto é gozar com toda a gente, até é gozar com a própria polícia, porque sabe que cá não há polícia e a GNR não vem. Só um pequeno aparte, ainda anteontem um Senhor vinha em frente à Igreja, que é sentido proibido, os Senhores deitaram o jipe na frente, pediram a documentação e passado um bocado ele foi-se embora sem ser autuado e nem sequer o obrigaram a fazer marcha atrás para contornar a Igreja. Dá-me a impressão, Senhor

*Presidente, que era realmente de resolver a questão de rua efectivamente pedonal, deitando lá um obstáculo. O outro problema que o Senhor também não resolveu, é a questão do estacionamento em frente aos Correios, que ocupam o passeio para os peões, inclusivamente tem lá uma perfumaria que tem lá uns bonecos de plástico e vai mecos e vai tudo, as pessoas não respeitam nada. Agora outra questão, é aquela história do Staples Office Centre, numa zona nobre da cidade, quando se diz que se quer criar uma nova centralidade que é a chamada Praça da Cidade, a meia dúzia de metros vão autorizar uma construção inestética, porque aquilo ali são barracões, é como se fosse uma zona industrial, a meia dúzia de metros. Desculpem lá, mas isto é um atentado à qualidade de vida e à própria estética urbanística de Oliveira de Azeméis. Desculpem lá, o PS já propôs e eu vim cá, que o ideal seria aproveitar aquela zona para um espaço verde. Nós não temos no centro de Oliveira de Azeméis nenhum espaço verde, temos aqui o jardim com as árvores a ficarem debilitadas e não temos mais nenhuma zona. Acho que o ideal seria aproveitar aquilo para um espaço verde, acho que é uma asneira autorizarem a construção de uma zona comercial aí, porque inclusivamente se os indivíduos eventualmente estiverem interessados em investir em Oliveira de Azeméis, tenho a certeza que se lhe propuserem outra zona eles vão para lá. Acho que convém pensarem um bocadinho antes de tomarem a decisão final, para não andar outra vez com abaixo-assinados por aí, estilo conservação da Casa dos Monteiros. Pensem um bocadinho se fazem favor. Outra questão se me permitem era falar precisamente sobre a Praça da Cidade. A Praça da Cidade, como estão a ver infelizmente aquilo está a morrer, foi o Gemini e o Café Gemini têm pouco movimento. E isto porquê? Porque eu acho que não há ali algo, como já vim aqui há tempos propor, uma estrutura que chame constantemente as pessoas àquela zona, porque mesmo quando estiver pronto o Café Concerto, eventualmente só quando houverem actividades, é que virá pessoas. Eu acho que aquela zona está mal aproveitada, tem lá aquelas figuras geométricas em cimento que não servem para nada e no centro da cidade falta uma zona para crianças. Criem ali um parque infantil, os pais vêm com os miúdos e automaticamente tem outra vida, inclusive tem aquela rua, aquele passeio que dá para os miúdos fazer skate, andar de bicicleta e com o parque chamam as pessoas e dá mais vida àquela zona, reabilita em termos humanos aquela zona. Não digo mais nada. Boa noite. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José António Martins, residente nesta cidade. =====*

*===== Eu vou começar a participar assiduamente nas Assembleias, porque acho que tenho um papel importante também para dar à cidade e ao concelho de Oliveira de Azeméis. Portanto, queria deixar aqui algumas propostas a esta mesma Assembleia, para começarmos com as casas de banho. Eu hoje por acaso tive o prazer de descer e estive que estar à espera cerca de dez minutos, porque aquilo era uma fila infundável de cidadãos que realmente queriam fazer as suas necessidades. Agradecia que tomassem as devidas medidas, para que realmente não tivéssemos tantas dificuldades. A segunda proposta, eu que estive aqui também convosco durante cerca de quatro horas, para quem está cá e um acto de coragem, porque esta sala é muito fria, eu estou mesmo enregelado, ou seja, se fosse possível também um ar condicionado, também poderia ser bom para todos nós. Passando a dois pontos da nossa cidade, gostaria também de deixar aqui uma proposta, que é mesmo muito pertinho de nós, existe aqui uma sinalética que já se encontra há meses, que deve ser uma sinalética para os peões, de quem vai de cima para baixo, neste sentido contrário da Praça José da Costa, vimos ainda sinalética a mencionar Junta de Freguesia. Portanto, de certeza absoluta que não deve ser para peões e deveria estar ao contrário. Em último lugar e para terminar o meu contributo como cidadão*

*Oliveirense, quem corta para a futura Praça da Cidade, continuamos também com uma sinalética a mencionar Turismo. Eu não sei onde é que é o Turismo, eu penso que continua a ser aqui o Turismo. Portanto, se está perspectivado para mais tarde termos um espaço para o Turismo, poderiam colar um plástico para não enganar os visitantes que vêm à nossa cidade e depois andam às voltas à procura do Turismo. Estas são as quatro propostas que eu quero deixar. Quero também transmitir a todos vós que vou começar a participar assiduamente nas Assembleias, que eu acho super interessante. E agora quero falar em nome dos quatrocentos e nove comerciantes, onde eu fui o porta-voz. Quero dirigir-me ao Dr. Ricardo Tavares, na última reunião que eu estive por cá na Assembleia, acusaram-me de ter uma conversa muito directa quando o tratei de Ricardo Tavares, porque eu andei com o Ricardo Tavares na escola. Peço desculpa se eu ofendi alguém da plateia, mas a partir de hoje e nesta sala, vou-me dirigir como Dr. Ricardo Tavares, para que ninguém se melindre com esta forma de falar. O Dr. Ricardo Tavares prometeu-me a mim e a quatrocentos e oito comerciantes, porque eu também sou comerciante, que nos dariam uma resposta até ao final do ano. Nós esperamos sentados, porque não obtivemos nenhuma resposta, nem das licenças de publicidade e taxas, nem do funcionamento do horário. Hoje, fiquei também muito surpreendido e contente por anularem e por revogarem as taxas de publicidade, porque eu acho que esta é a primeira vitória dos comerciantes. Mas também me surpreendeu a forma como o Dr. Ricardo Tavares falou para todos nós, fomos surpreendidos por uma nova Lei. A pergunta que eu quero fazer ao Dr. Ricardo Tavares é se ele não ficou contente que essa Lei venha até nós, ou seja, só vai neste caso dar uma lufada de ar fresco a todos os comerciantes do nosso concelho. Não acha Dr.? Quando você mencionou que ficamos surpreendidos, se essa Lei não viesse os comerciantes iriam continuar com o mesmo problema. Nós continuamos à espera de uma resposta. O Dr. Ricardo Tavares, mencionou aqui nesta mesa, que promete e cumpre, num dos pontos que abordamos aqui, que promete e cumpre. Com os quatrocentos e nove comerciantes o Dr. Ricardo Tavares não cumpriu, estamos em finais de Fevereiro e continuamos sem uma resposta. Portanto, não necessito de trazer aqui cinquenta, cem, duzentos, porque eu represento os quatrocentos e nove comerciantes. Tenho dito. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foram colocadas à votação as actas nºs 10, 11 e 12, as quais foram aprovadas por unanimidade. =====*

*===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar esta Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia disse: =====*

*===== Agradecer ao Senhor Presidente da Câmara, ainda por cima porque eu sei que ele está doente, e portanto ter estado aqui connosco e ter aguentado até ao final. Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, estimado Público, boa noite a todos. Muito obrigado e bom fim-de-semana. =====*